

# Resultado do Tesouro Nacional

Brasília  
Março/2013

**MINISTRO DA FAZENDA**  
Guido Mantega**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
Nelson Barbosa**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**  
Arno Hugo Augustin Filho**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira  
Eduardo Coutinho Guerra  
Gilvan da Silva Dantas  
Lício Fábio de Brasil Camargo  
Marcus Pereira Aucélio  
Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Felipe Palmeira Bardella**EQUIPE**

Alexandre Bueno Damado  
Bruno de Sousa Simões  
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha  
Guilherme Ceccato  
Janet Maria Pereira  
Karla de Lima Rocha  
Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira

**Arte**

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha  
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros  
Diagramação: Renato Barbosa

**O Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203  
Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** cesef.df.stn@fazenda.gov.br

**Home Page:** <http://www.tesouro.gov.br>

**Ministério da Fazenda**

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 19, n. 02 (fev. 2013). – Brasília : STN, 1995\_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.  
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

# Sumário

---

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	11
Despesas do Tesouro Nacional.....	13
Previdência Social.....	19
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22
Dívida Interna Líquida.....	23
Dívida Externa Líquida.....	26

# Listá de Tabelas

---

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	6
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	7
Tabela 4 - Dividendos pagos à União.....	9
Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	10
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios.....	11
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	12
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central.....	13
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	17
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	17
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	18
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	19
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	20
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	21
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	26

## **Lista de Gráficos**

---

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

# Resultado Fiscal do Governo Central

Em fevereiro de 2013, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 6,4 bilhões, contra superávit de R\$ 26,2 bilhões em janeiro de 2013. O Tesouro Nacional e a Previdência Social (RGPS) apresentaram déficits de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 3,5 bilhões respectivamente, enquanto o Banco Central apresentou superávit de R\$ 56,0 milhões.

R\$ Milhões

**Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central<sup>1</sup> - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação do Resultado	Jan/13	Fev/13	Variação %	Jan - Fev		Variação %
				2012	2013	
I. RECEITA TOTAL	117.169,1	76.289,2	-34,9%	180.202,1	193.458,3	7,4%
Receitas do Tesouro	95.530,5	54.003,8	-43,5%	141.368,0	149.534,2	5,8%
Receitas da Previdência Social	21.411,0	21.915,5	2,4%	38.400,1	43.326,5	12,8%
Receitas do Banco Central	227,6	369,9	62,5%	434,1	597,5	37,6%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.574,8	21.186,5	36,0%	33.813,4	36.761,3	8,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	101.594,3	55.102,7	-45,8%	146.388,8	156.697,0	7,0%
IV. DESPESA TOTAL	75.403,7	61.515,6	-18,4%	120.183,7	136.919,3	13,9%
Despesas do Tesouro	47.600,6	35.825,0	-24,7%	73.219,6	83.425,6	13,9%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	27.586,8	25.376,6	-8,0%	46.548,9	52.963,5	13,8%
Despesas do Banco Central	216,3	313,9	45,1%	415,2	530,2	27,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB <sup>2</sup>	0,0	0,0		0,0	0,0	
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	26.190,5	-6.412,8	-124,5%	26.205,1	19.777,7	-24,5%
Tesouro Nacional	32.355,1	-3.007,7	-109,3%	34.335,0	29.347,4	-14,5%
Previdência Social (RGPS)	-6.175,8	-3.461,1	-44,0%	-8.148,8	-9.636,9	18,3%
Banco Central <sup>3</sup>	11,3	56,0	396,8%	18,9	67,3	255,9%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				3,87%	2,67%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de “pagamento efetivo”, que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

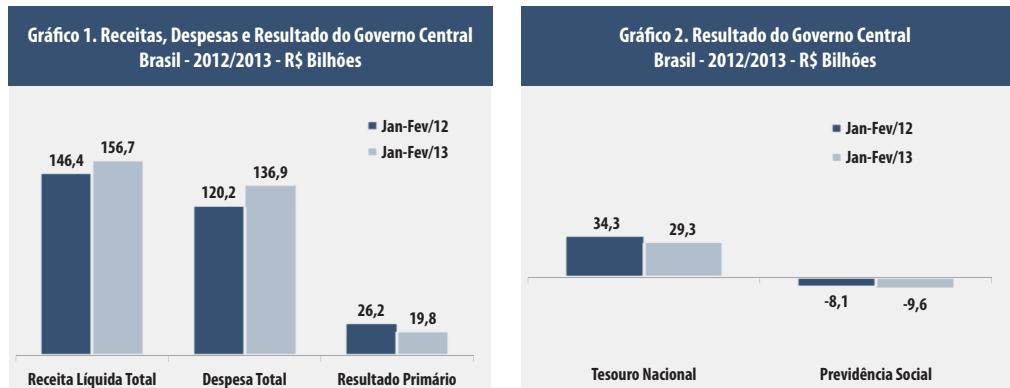
2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (incluir transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central apresentaram redução de R\$ 40,9 bilhões (34,9%), passando de R\$ 117,2 bilhões em janeiro para R\$ 76,3 bilhões em fevereiro de 2013. Esse comportamento decorreu dos decréscimos de R\$ 22,0 bilhões (46,1%) na arrecadação de impostos, de R\$ 13,5 bilhões (36,9%) nas receitas de contribuições e de R\$ 5,6 bilhões (48,8%) nas demais receitas.

As despesas apresentaram decréscimo de R\$ 13,9 bilhões no comparativo entre janeiro e fevereiro de 2013. Observaram-se reduções de R\$ 11,8 bilhões (24,7%) nas despesas do Tesouro Nacional e de R\$ 2,2 bilhões (8,0%) nas despesas da Previdência Social.

*O resultado primário do Governo Central, em fevereiro de 2013, foi deficitário em R\$ 6,4 bilhões, contra superávit de R\$ 26,2 bilhões, em janeiro de 2013.*



*No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central foi R\$ 6,4 bilhões inferior ao verificado no ano anterior.*

Em relação ao primeiro bimestre de 2012, houve queda de R\$ 6,4 bilhões (24,5%) no superávit apurado. Esse comportamento reflete a redução de R\$ 5,0 bilhões no superávit do Tesouro Nacional, aumento de R\$ 1,5 bilhão no déficit da Previdência Social e aumento de R\$ 48,4 milhões no superávit do Banco Central.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 13,3 bilhões (7,4%) quando comparadas com o primeiro bimestre de 2012. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo crescimento na arrecadação de impostos (sobretudo em função do crescimento de R\$ 4,4 bilhões na receita de IRPJ), de contribuições (acrédito de R\$ 3,7 bilhões na Cofins e de R\$ 1,7 bilhão na CSLL), das receitas diretamente arrecadadas (crescimento de R\$ 821,2 milhões) e da cota parte de compensações financeiras (acrédito de R\$ 820,2 milhões). Por outro lado, houve redução de R\$ 813,1 milhões na arrecadação da CIDE.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 2,9 bilhões (8,7%) quando comparadas com os primeiros dois meses de 2012, em virtude, principalmente, do crescimento observado nas transferências constitucionais (R\$ 3,5 bilhões) e da queda de R\$ 665,3 milhões nas transferências do Fundeb.

Relativamente ao primeiro bimestre de 2012, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 16,7 bilhões (13,9%), destacando-se os incrementos de R\$ 9,5 bilhões (22,4%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 6,4 bilhões (13,8%) nas despesas da Previdência Social.

Discriminação	Jan - Fev		% PIB
	2012	2013	
GOVERNO CENTRAL	3,87%	2,67%	
Tesouro Nacional	5,08%	3,96%	
Previdência Social	-1,20%	-1,30%	
Banco Central	0,00%	0,01%	

Fonte: Tesouro Nacional  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

# Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

**Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central<sup>1</sup> - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação do Resultado	Jan/13	Fev/13	Variação %	Jan - Fev		Variação %
				2012	2013	
I. RECEITA TOTAL	117.169,1	76.289,2	-34,9%	180.202,1	193.458,3	7,4%
I.1. Receitas do Tesouro	95.530,5	54.003,8	-43,5%	141.368,0	149.534,2	5,8%
Receita Bruta <sup>2</sup>	95.945,7	54.763,7	-42,9%	142.711,3	150.709,4	5,6%
Impostos	47.816,0	25.775,7	-46,1%	68.045,2	73.591,7	8,2%
IR	38.139,8	17.846,6	-53,2%	50.053,4	55.986,4	11,9%
IPI	4.461,2	3.080,1	-31,0%	8.069,6	7.541,3	-6,5%
Outros	5.215,0	4.848,9	-7,0%	9.922,2	10.064,0	1,4%
Contribuições	36.653,1	23.117,3	-36,9%	53.329,9	59.770,4	12,1%
Cofins	17.487,1	13.263,1	-24,2%	27.011,7	30.750,2	13,8%
CSLL	11.362,2	4.108,2	-63,8%	13.809,0	15.470,4	12,0%
Pis/Pasep	4.633,0	3.663,7	-20,9%	7.437,2	8.296,8	11,6%
CIDE-Combustíveis	0,8	0,9	12,7%	814,8	1,7	-99,8%
Outras	3.169,9	2.081,4	-34,3%	4.257,2	5.251,4	23,4%
Demais	11.476,6	5.870,7	-48,8%	21.336,1	17.347,4	-18,7%
Cota parte de compensações financeiras	6.109,7	1.882,3	-69,2%	7.171,8	7.992,0	11,4%
Diretamente arrecadadas	3.989,3	2.695,5	-32,4%	5.863,7	6.684,9	14,0%
Concessões	278,1	14,5	-94,8%	333,4	292,6	-12,2%
Dividendos	0,1	0,0	-90,3%	4.961,8	0,1	-100,0%
Outras	1.099,3	1.278,4	16,3%	3.005,5	2.377,7	-20,9%
(-) Restituições	-409,8	-760,0	85,4%	-1.343,3	-1.169,8	-12,9%
(-) Incentivos Fiscais	-5,4	0,0		0,0	-5,4	
I.2. Receitas da Previdência Social <sup>3</sup>	21.411,0	21.915,5	2,4%	38.400,1	43.326,5	12,8%
Receitas da Previdência Social - Urbano	20.990,9	21.510,2	2,5%	37.656,4	42.501,1	12,9%
Receitas da Previdência Social - Rural	420,2	405,3	-3,5%	743,6	825,5	11,0%
I.3. Receitas do Banco Central	227,6	369,9	62,5%	434,1	597,5	37,6%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de “caixa”, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

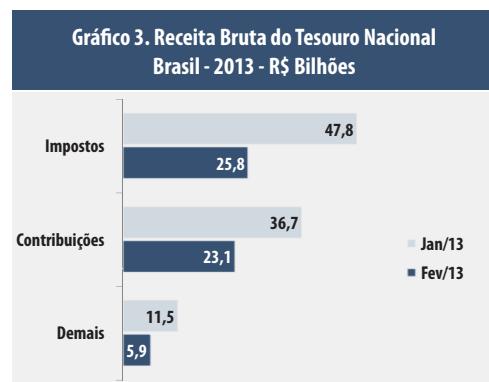
*A Receita Bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de 43,5% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais ocorridos em janeiro, sem correspondência em fevereiro.*

## Receitas do Tesouro Nacional

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R\$ 41,2 bilhões (42,9%), passando de R\$ 95,5 bilhões, em janeiro, para R\$ 54,8 bilhões, em fevereiro de 2013. Este comportamento é explicado, principalmente, pela redução de R\$ 22,0 bilhões (46,1%) em impostos, de R\$ 13,5 bilhões (36,9%) em contribuições e de R\$ 5,6 bilhões (48,8%) em demais receitas.

Em fevereiro, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 25,8 bilhões e as de contribuições R\$ 23,1 bilhões, apresentando em seu conjunto um decréscimo de R\$ 35,6 bilhões (42,1%) em relação aos valores apurados em janeiro. Essa evolução reflete, sobretudo:



i) diminuição de R\$ 15,0 bilhões (66,2%) e de R\$ 7,3 bilhões (63,8%) na arrecadação de IRPJ e CSLL respectivamente, devido ao recolhimento em janeiro da primeira cota ou cota única desses tributos relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior, bem como à antecipação, em janeiro de 2013, do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL, referente ao lucro obtido em 2012, ambos sem contrapartida em fevereiro;

ii) redução de R\$ 1,2 bilhão (41,2%) na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte – Rendimentos do Capital, devido, sobretudo, à apuração semestral sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa com recolhimento nos meses de junho e dezembro (Lei nº 10.892/04), com efeitos em janeiro de 2013;

iii) redução de R\$ 2,8 bilhões (31,9%) na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte – Rendimentos do Trabalho; e

iv) decréscimo de R\$ 4,2 bilhões (24,2%) na arrecadação da Cofins, parcialmente explicado pela compensação tributária dessa contribuição em fevereiro.

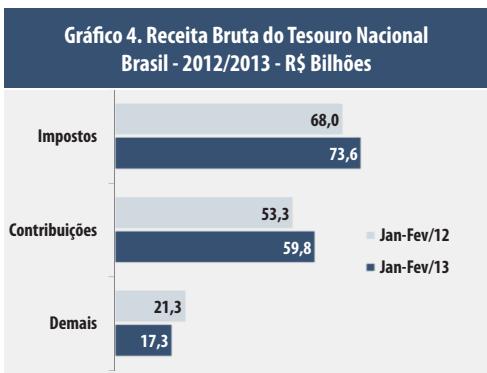
As demais receitas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de R\$ 5,6 bilhões (48,8%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

i) redução de R\$ 1,3 bilhão em receitas diretamente arrecadadas; e

ii) decréscimo de R\$ 4,2 bilhões em cota parte de compensações financeiras, em função do recolhimento trimestral, em janeiro, de participação especial relativa à exploração de petróleo, sem contrapartida em fevereiro.

## Receitas do Tesouro Nacional

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior



Na comparação com o primeiro bimestre de 2012, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 8,0 bilhões (5,6%), passando de R\$ 142,7 bilhões para R\$ 150,7 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a

produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial, bem como o impacto das desonerações tributárias.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) crescimento de R\$ 4,4 bilhões (16,8%) no IRPJ e de R\$ 1,7 bilhão (12,0%) na CSLL, explicado, sobretudo, pelo aumento na arrecadação do imposto por estimativa, principalmente por parte das empresas financeiras e pela queda no pagamento do ajuste anual, relativo a fatos geradores que envolvem o ano-calendário de 2012;

ii) incremento de R\$ 3,7 bilhões (13,8%) na Cofins e de R\$ 859,6 milhões (11,6%) no PIS/Pasep, devido, sobretudo, ao: a) crescimento de 6,1% do volume de vendas de dezembro de 2012 a janeiro de 2013 em relação a dezembro de 2011 e janeiro de 2012 (PMC-IBGE); e b) ao aumento na arrecadação do PIS/Cofins das importações;

iii) crescimento de R\$ 783,3 milhões (5,7%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho devido, especialmente, à variação nominal de 12,02% da massa salarial habitual, nos meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013, em relação a igual período do ano anterior, bem como ao decréscimo de arrecadação devido à mudança na forma de tributação dos programas de distribuição de lucros e resultados das pessoas jurídicas; e

iv) decréscimo de R\$ 5,0 bilhões nas receitas provenientes de dividendos.

*Na comparação entre o primeiro bimestre de 2012 e 2013 houve aumento de R\$ 4,4 bilhões e R\$ 1,7 bilhão na arrecadação do IRPJ e CSLL respectivamente.*

**Tabela 4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação	Jan - Fev	
	2012	2013
Banco do Brasil	710,0	0,0
BNB	0,0	0,0
BNDES	3.500,0	0,0
Caixa	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobras	0,0	0,0
IRB	0,0	0,0
Petrobras	673,7	0,0
Demais	78,1	0,1
<b>Total</b>	<b>4.961,8</b>	<b>0,1</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

**Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação	Jan - Fev	
	2012	2013
RECEITA BRUTA <sup>1</sup>	21,10%	20,33%
Impostos	10,06%	9,93%
IR	7,40%	7,55%
IPI	1,19%	1,02%
Outros	1,47%	1,36%
Contribuições	7,89%	8,06%
Cofins	3,99%	4,15%
CSLL	2,04%	2,09%
Pis/Pasep	1,10%	1,12%
CIDE-Combustíveis	0,12%	0,00%
Outras	0,63%	0,71%
Demais	3,15%	2,34%
Cota parte de compensações financeiras	1,06%	1,08%
Diretamente arrecadadas	0,87%	0,90%
Concessões	0,05%	0,04%
Dividendos	0,73%	0,00%
Outras	0,44%	0,32%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

# Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

**Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação do Resultado	Jan/13	Fev/13	Variação %	Jan - Fev		Variação %
				2012	2013	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	15.574,8	21.186,5	36,0%	33.813,4	36.761,3	8,7%
Transferências Constitucionais	12.303,7	16.303,4	32,5%	25.106,8	28.607,1	13,9%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 <sup>1</sup>	0,0	0,0		325,0	0,0	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	1,7	0,0	-100,0%	447,9	1,7	-99,6%
Demais Transferências	3.269,4	4.883,1	49,4%	7.933,6	8.152,4	2,8%
Salário Educação	739,9	1.288,2	74,1%	1.763,0	2.028,0	15,0%
Royalties	1.347,1	3.579,0	165,7%	4.305,7	4.926,0	14,4%
Fundef/Fundeb	1.130,4	0,0	-100,0%	1.795,7	1.130,4	-37,1%
Outras	17,5	15,9	-9,0%	69,2	68,0	-1,7%

Fonte: Tesouro Nacional

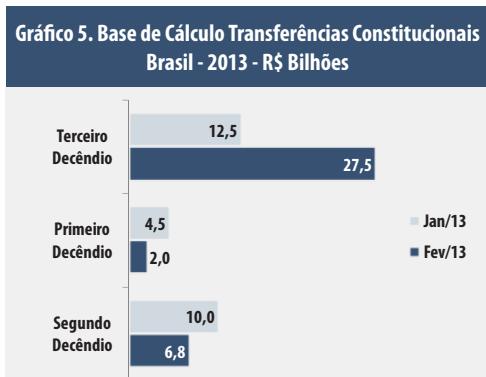
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

*As transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 5,6 bilhões (36,0%) em fevereiro de 2013, frente ao mês anterior.*

## Transferências do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em fevereiro de 2013, as transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 5,6 bilhões (36,0%), totalizando R\$ 21,2 bilhões, contra R\$ 15,6 bilhões no mês anterior. Esse comportamento resulta de:



- i) crescimento de R\$ 4,0 bilhões (32,5%) frente a janeiro nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI);
- ii) aumento de R\$ 2,2 bilhões (165,7%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial

pela exploração de petróleo e gás natural; e

iii) redução de R\$ 1,1 bilhão em relação a janeiro nas transferências referentes ao Fundeb, de acordo com calendário de execução estabelecido pela Portaria Interministerial nº 1.496/2012.

## Transferências do Tesouro Nacional

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

No comparativo com os primeiros dois meses de 2012, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 2,9 bilhões (8,7%), elevando-se de R\$ 33,8 bilhões em 2012 para R\$ 36,8 bilhões em 2013. As principais variações no período foram:

i) aumento de R\$ 3,5 bilhões (13,9%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e

ii) redução de R\$ 665,3 milhões (37,1%) nas transferências relativas ao Fundeb, de acordo com calendário de execução estabelecido pela Portaria Interministerial nº 1.496/2012.

*Em relação aos primeiros dois meses de 2012, as transferências apresentaram crescimento de R\$ 2,9 bilhões (8,7%).*

Discriminação	Jan-Fev		% PIB
	2012	2013	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	5,00%	4,96%	
Transferências Constitucionais	3,71%	3,86%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 <sup>1</sup>	0,05%	0,00%	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,07%	0,00%	
Demais Transferências	1,17%	1,10%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

# Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

**Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central<sup>1</sup> - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação do Resultado	Jan/13	Fev/13	Variação %	Jan-Fev		Variação %
				2012	2013	
I. DESPESA TOTAL	75.403,7	61.515,6	-18,4%	120.183,7	136.919,3	13,9%
I.1. Despesas do Tesouro	47.600,6	35.825,0	-24,7%	73.219,6	83.425,6	13,9%
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2</sup>	16.511,6	14.733,5	-10,8%	30.544,0	31.245,1	2,3%
Custeio e Capital	31.052,6	20.745,4	-33,2%	42.330,5	51.797,9	22,4%
Despesa do FAT	3.573,8	2.396,9	-32,9%	3.885,0	5.970,7	53,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	863,7	828,9	-4,0%	3.664,6	1.692,6	-53,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) <sup>4</sup>	2.942,0	2.751,7	-6,5%	4.726,6	5.693,7	20,5%
Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	23.673,1	14.767,9	-37,6%	30.054,2	38.441,0	27,9%
Outras Despesas de Custeio	14.051,5	12.062,3	-14,2%	20.474,7	26.113,7	27,5%
Outras Despesas de Capital <sup>5</sup>	9.621,7	2.705,6	-71,9%	9.579,5	12.327,3	28,7%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	36,4	346,2	850,3%	345,1	382,6	10,9%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) <sup>6</sup>	27.586,8	25.376,6	-8,0%	46.548,9	52.963,5	13,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	21.069,0	19.881,7	-5,6%	35.978,5	40.950,7	13,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	6.517,8	5.494,9	-15,7%	10.570,4	12.012,8	13,6%
I.3. Despesas do Banco Central	216,3	313,9	45,1%	415,2	530,2	27,7%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de “pagamento efetivo”, que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

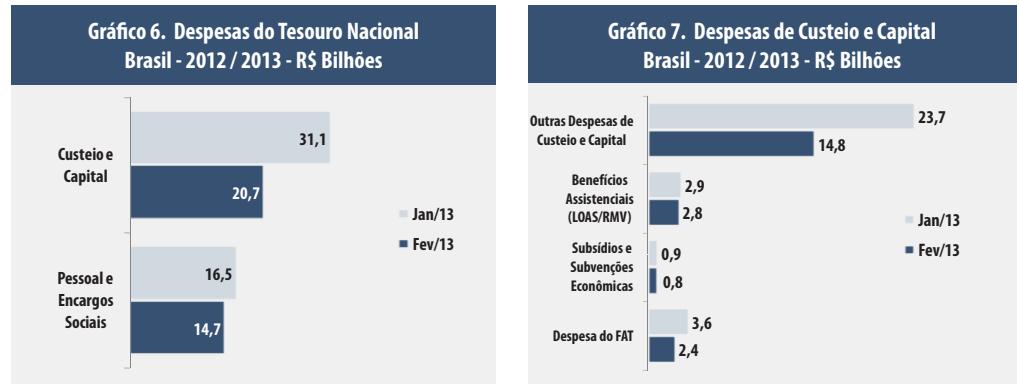
5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.

6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

## Despesas do Tesouro Nacional

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em fevereiro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 35,8 bilhões, representando um decréscimo de R\$ 11,8 bilhões (24,7%) em relação a janeiro de 2013. Esse comportamento decorreu da redução de R\$ 10,3 bilhões (33,2%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 1,8 bilhão (10,8%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.



*As despesas discricionárias apresentaram redução de 26,8% em relação ao mês anterior.*

A redução nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) queda de R\$ 8,9 bilhões (37,6%) em Outras Despesas de Custeio e Capital, concentradas principalmente na menor execução das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que apresentaram queda de R\$ 3,9 bilhões (67,2%) em relação ao mês anterior, além da redução de R\$ 4,3 bilhões (26,8%) nas despesas discricionárias, dentre as quais se destacam as quedas observadas nos desembolsos dos Ministérios da Educação (R\$ 1,3 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 655,6 milhões) e da Justiça (R\$ 212,7 milhões); e

ii) redução de R\$ 1,2 bilhão (32,9%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2012/2013 (agosto/2012 a julho/2013), regulamentado pela Resolução Codefat nº 695/2012.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 14,7 bilhões em fevereiro frente a R\$ 16,5 bilhões no mês anterior, apresentando redução de 10,8%, devido, principalmente, ao pagamento, em janeiro, de parte da parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) e férias dos servidores do Governo Federal, sem desembolso equivalente

Discriminação	Jan/13	Fev/13	Variação %
Precatórios e Sentenças	86,5	35,7	-58,7%
Legislativo	99,8	95,9	-3,9%
Judiciário	568,1	495,2	-12,8%
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	997,9	490,9	-50,8%
PAC <sup>2</sup>	5.740,7	1.882,5	-67,2%
Outras <sup>3</sup>	311,1	155,5	-50,0%
Compensação RGPS <sup>4</sup>	-	-	-
Discricionárias	15.869,1	11.612,1	-26,8%
Min. da Saúde	5.524,8	5.586,0	1,1%
Min. do Des. Social	2.649,2	1.993,6	-24,7%
Min. da Educação	2.689,0	1.416,1	-47,3%
Min. da Defesa	768,5	718,7	-6,5%
Min. da Ciência e Tec.	335,0	286,8	-14,4%
Min. do Des. Agrário	88,1	115,6	31,3%
Min. da Justiça	390,1	177,5	-54,5%
Min. da Previdência	263,4	138,5	-47,4%
Min. dos Transportes	171,5	68,3	-60,2%
Min. das Cidades	214,1	153,1	-28,5%
Demais	2.775,4	958,0	-65,5%
<b>Total</b>	<b>23.673,1</b>	<b>14.767,9</b>	<b>-37,6%</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

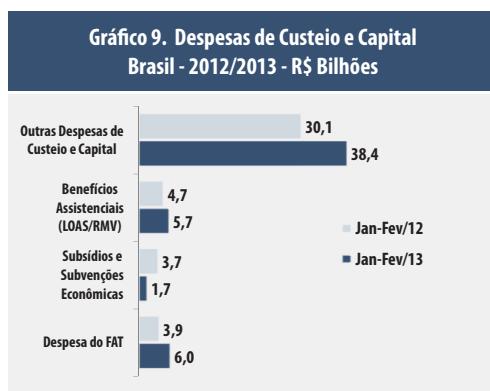
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

em fevereiro.

## Despesas do Tesouro Nacional

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 10,2 bilhões (13,9%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2012, destacando-se as variações de R\$ 9,5 bilhões (22,4%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 701,1 milhões (2,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais. Cumpre destacar que, em percentual do PIB, houve decréscimo de 0,3 p.p. do PIB nas despesas de pessoal.



*Em comparação com o primeiro bimestre de 2012, os gastos com investimentos do PAC apresentaram incremento de R\$ 3,2 bilhões (73,5%).*

O aumento de R\$ 9,5 bilhões observados nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2012, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 8,4 bilhões (27,9%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 4,1 bilhões (17,6%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R\$ 3,2 bilhões (73,5%) nas despesas do PAC; e c) aumento de R\$ 1,1 bilhão (331,1%) nos desembolsos relativos a créditos extraordinários. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 1,7 bilhão (18,5%); do Ministério do Desenvolvimento Social, com aumento de R\$ 971,9 milhões (26,5%); e do Ministério da Educação, com incremento de R\$ 621,4 milhões (17,8%);

ii) redução de R\$ 2,0 bilhões (53,8%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, em relação ao acumulado em 2012, alcançando R\$ 1,7 bilhão. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (redução de R\$ 1,3 bilhão); b) Custeio Agropecuário (redução de R\$ 408,7 milhões); c) Programa Aquisição do Governo Federal - AGF (redução de R\$ 245,1 milhões); e d) Programa de Sustentação do Investimento - PSI (redução de R\$ 212,4 milhões);

iii) aumento de R\$ 2,1 bilhões (53,7%) nas despesas do FAT, justificado

R\$ Milhões

principalmente pelo reajuste de 8,8% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resolução Codefat nº 695/2012 e nº 707/2013); e

iv) incremento de R\$ 967,0 milhões (20,5%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2012. Essa variação é explicada pelo aumento de 4,9% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 14,1% e de 8,8% do salário mínimo nos anos de 2012 e 2013, respectivamente.

*Em comparação com os primeiros dois meses de 2012, as despesas com pessoal e encargos sociais reduziram 0,3 p.p. do PIB, atingindo 4,21% em 2013, ante 4,52% em 2012.*

Os dispêndios com a folha salarial registraram decréscimo de 0,3 p.p. do PIB, passando de 4,52% em fevereiro de 2012 para 4,21% do PIB em 2013. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 701,1 milhões (2,3%), passando de R\$ 30,5 bilhões em 2012, para R\$ 31,2 bilhões em 2013. Cumpre destacar que houve aumento de R\$ 187,2 milhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até fevereiro de 2013, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 7,4 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 2,2 bilhões), da Educação (R\$ 1,8 bilhão) e da Defesa (R\$ 607,9 milhões).

**Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2012/2013**

Discriminação	Jan-Fev		Variação %
	2012	2013	
Precatórios e Sentenças	64,3	122,2	90,2%
Legislativo	210,3	195,7	-7,0%
Judiciário	1.002,0	1.063,2	6,1%
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	345,4	1.488,8	331,1%
PAC <sup>2</sup>	4.394,1	7.623,2	73,5%
Outras <sup>3</sup>	666,1	466,6	-29,9%
Compensação RGPS <sup>4</sup>	-	-	
Discretionárias	23.372,1	27.481,2	17,6%
Min. da Saúde	9.372,9	11.110,8	18,5%
Min. do Des. Social	3.670,9	4.642,8	26,5%
Min. da Educação	3.483,7	4.105,1	17,8%
Min. da Defesa	1.415,6	1.487,2	5,1%
Min. da Ciência e Tec.	557,7	621,8	11,5%
Min. do Des. Agrário	216,2	203,7	-5,8%
Min. da Justiça	314,2	567,6	80,6%
Min. da Previdência	217,0	401,9	85,2%
Min. dos Transportes	189,6	239,7	26,5%
Min. das Cidades	75,3	367,2	387,6%
Demais	3.858,9	3.733,4	-3,3%
<b>Total</b>	<b>30.054,2</b>	<b>38.441,0</b>	<b>27,9%</b>

Fonte: Tesouro Nacional

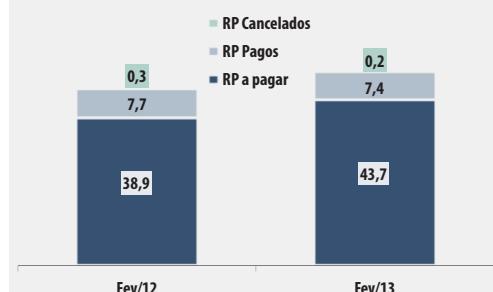
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

**Gráfico 10. Execução de Restos a Pagar Brasil - 2012/2013 - R\$ Bilhões**


R\$ Milhões

**Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas  
Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2012/2013**

Discriminação	Jan - Fev	
	2012	2013
Agricultura	2.684,1	698,0
Custeio Agropecuário	453,2	44,6
Investimento Rural	80,7	0,7
Preços Agrícolas	458,8	200,4
EGF	53,8	0,6
AGF	344,9	99,9
Sustent. de preços	60,0	100,0
Pronaf	1.546,4	234,8
Pesa	44,6	186,9
Álcool	0,7	0,0
Cacau	0,5	0,0
Fundo da Terra/Incra	19,2	8,4
Funcafé	18,7	22,2
Revitaliza	61,4	0,0
Outros	246,8	355,3
PSI	240,0	27,6
Op. Microcredito (EQMPO)	58,0	72,1
Op. Microcredito (EQPCD)	0,0	0,1
FND	-12,5	0,0
Exportação (Proex)	-72,7	192,5
Itaipu <sup>1</sup>	34,1	63,0
<b>Total</b>	<b>2.930,9</b>	<b>1.053,3</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

R\$ Milhões

**Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano  
Brasil - 2007 /2013**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
Fev/07	2.494.630,5	-	1.193.924,5	-	1.300.706,0	-
Fev/08	2.709.363,5	8,6%	1.309.431,5	9,7%	1.399.932,0	7,6%
Fev/09	2.961.812,5	9,3%	1.437.536,0	9,8%	1.524.276,5	8,9%
Fev/10	3.190.763,0	7,7%	1.548.937,0	7,7%	1.641.826,0	7,7%
Fev/11	3.423.568,5	7,3%	1.630.769,0	5,3%	1.792.799,5	9,2%
Fev/12	3.610.982,5	5,5%	1.692.971,5	3,8%	1.918.011,0	7,0%
Fev/13	3.787.793,0	4,9%	1.755.447,5	3,7%	2.032.345,5	6,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

**Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação	Jan - Fev	
	2012	2013
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	10,83%	11,25%
Pessoal e Encargos Social	4,52%	4,21%
Custeio e Capital	6,26%	6,99%
Despesas do FAT	0,57%	0,81%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,54%	0,23%
LOAS/RMV	0,70%	0,77%
Outras	4,44%	5,18%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

# Previdência Social

R\$ Milhões

**Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação do Resultado	Jan/12	Fev/13	Variação %	Jan-Fev		Variação %
				2012	2013	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	21.411,0	21.915,5	2,4%	38.400,1	43.326,5	12,8%
Arrecadação Bruta	25.645,0	24.506,7	-4,4%	44.614,9	50.151,6	12,4%
Contribuição Previdenciária	22.850,0	22.105,0	-3,3%	41.346,7	44.955,0	8,7%
Simples	2.633,2	2.179,0	-17,2%	2.984,8	4.812,2	61,2%
CFT	20,3	7,0	-65,5%	39,9	27,3	-31,7%
Depósitos Judiciais	132,2	206,9	56,5%	221,8	339,1	52,9%
Refis	9,2	8,8	-5,0%	21,7	18,0	-17,3%
Compensação RGPS <sup>1</sup>	0,0	0,0		0,0	0,0	
(-) Restituição/Devolução	-42,9	-34,4	-19,9%	-218,9	-77,3	-64,7%
(-) Transferências a Terceiros	-4.191,0	-2.556,7	-39,0%	-5.995,9	-6.747,8	12,5%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	27.586,8	25.376,6	-8,0%	46.548,9	52.963,5	13,8%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-6.175,8	-3.461,1	-44,0%	-8.148,8	-9.636,9	18,3%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,20%	-1,30%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

**Em fevereiro de 2013, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 3,5 bilhões contra déficit de R\$ 6,2 bilhões em janeiro de 2013.**

## Previdência Social

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

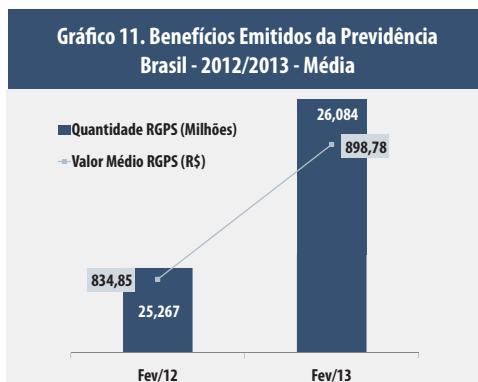
Em fevereiro de 2013, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,5 bilhões, contra um déficit de R\$ 6,2 bilhões em janeiro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

- i) aumento de R\$ 504,5 milhões (2,4%) na arrecadação líquida frente aos ingressos líquidos de janeiro; e
- ii) redução de R\$ 2,2 bilhões (8,0%) nas despesas com benefícios frente a janeiro. Essa redução é devida, principalmente, à sazonalidade do recolhimento da Contribuição Previdenciária referente ao décimo-terceiro salário no mês de dezembro de 2012, ocorrida em janeiro de 2013.

## Previdência Social

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação ao acumulado do primeiro bimestre do ano, o déficit previdenciário passou de 1,20% para 1,30% do PIB. Em termos nominais, o aumento registrado no déficit foi de R\$ 1,5 bilhão (18,3%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 4,9 bilhões (12,8%). Isso se deve ao crescimento da massa salarial de 12,0% calculada para o período entre dezembro de 2012 a janeiro de 2013, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento.



As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 6,4 bilhões (13,8%) comparativamente ao primeiro bimestre de 2012 devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 63,94 (7,7%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

e

ii) elevação de 816,6 mil (3,2%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2013, comparado ao de 2012, destacam-se os aumentos de 1,2 milhão aposentadorias (3,6%), de 344,3 mil pensões por morte (2,5%) e de 111,7 mil benefícios de auxílio-doença (3,9%).

Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB		
	Jan-Fev			Jan-Fev		
	2012	2013		2012	2013	
CONTRIBUIÇÃO	38.400,1	43.326,5	12,8%	5,68%	5,84%	
Urbano	37.656,4	42.501,1	12,9%	5,57%	5,73%	
Rural	743,6	825,5	11,0%	0,11%	0,11%	
BENEFÍCIOS	46.548,9	52.963,5	13,8%	6,88%	7,14%	
Urbano	35.978,5	40.950,7	13,8%	5,32%	5,52%	
Rural	10.570,4	12.012,8	13,6%	1,56%	1,62%	
RESULTADO PRIMÁRIO	-8.148,8	-9.636,9	18,3%	-1,20%	-1,30%	
Urbano	1.677,9	1.550,4	-7,6%	0,25%	0,21%	
Rural	-9.826,8	-11.187,3	13,8%	-1,45%	-1,51%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

**Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação	Jan/13	Fev/13	Variação %	Jan - Fev		Variação %
				2012	2013	
BENEFÍCIOS DO RGPS	26.058	26.084	0,1%	50.457	52.142	3,3%
Previdênciários	25.219	25.250	0,1%	48.794	50.470	3,4%
Aposentadorias	16.756	16.803	0,3%	32.388	33.558	3,6%
Idade	8.817	8.844	0,3%	16.975	17.661	4,0%
Invalidez	3.064	3.069	0,2%	6.028	6.133	1,7%
Tempo de contribuição	4.875	4.889	0,3%	9.385	9.764	4,0%
Pensão por morte	6.980	6.999	0,3%	13.632	13.979	2,5%
Auxílio-Doença	1.322	1.293	-2,2%	2.495	2.615	4,8%
Salário - maternidade	82	76	-6,5%	141	158	11,6%
Outros	80	79	-1,2%	139	159	14,6%
Acidentários	839	833	-0,6%	1.663	1.672	0,6%
Aposentadorias	182	182	0,3%	349	364	4,4%
Pensão por morte	122	122	-0,1%	247	244	-1,3%
Auxílio - doença	174	168	-3,4%	351	341	-2,6%
Auxílio - acidente	296	296	0,1%	578	592	2,3%
Auxílio - suplementar	65	65	-0,4%	137	130	-5,1%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

# Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Em fevereiro de 2013, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 20,9% do PIB, apresentando redução de 3,9 p.p. comparativamente ao ano anterior.**

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 931,5 bilhões em fevereiro de 2013. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 20,0 bilhões, resultado do aumento de R\$ 20,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida e redução de R\$ 600,3 milhões na dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013						
Discriminação	Jan/13	Fev/13	Variação %	Fev/12	Fev/13	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	823.896,7	844.457,6	2,5%	963.513,9	844.457,6	-12,4%
Dívida Interna	2.700.221,8	2.728.214,4	1,0%	2.593.004,3	2.728.214,4	5,2%
Haveres Internos	1.876.325,1	1.883.756,7	0,4%	1.629.490,4	1.883.756,7	15,6%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	87.665,4	87.065,1	-0,7%	75.481,7	87.065,1	15,3%
Dívida Externa	88.037,4	87.487,0	-0,6%	75.851,2	87.487,0	15,3%
Haveres Externos	372,0	421,9	13,4%	369,5	421,9	14,2%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	911.562,1	931.522,7	2,2%	1.038.995,6	931.522,7	-10,3%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>1</sup>	20,6%	20,9%			24,8%	20,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a fevereiro de 2012, a DLTN diminuiu R\$ 107,5 bilhões, consequência da redução de R\$ 119,1 bilhões no estoque da dívida interna líquida e do aumento de R\$ 11,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.



Em percentual do PIB, a DLTN diminuiu 3,9 p.p. no mesmo período, passando de 24,8% em fevereiro de 2012 para 20,9% em fevereiro de 2013.

# Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

**Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação	Jan/13	Fev/13	Variação %	Fev/12	Fev/13	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	2.700.221,8	2.728.214,4	1,0%	2.593.004,3	2.728.214,4	5,2%
Dívida Mobiliária	2.694.711,2	2.722.984,6	1,0%	2.583.853,3	2.722.984,6	5,4%
DPMFi em Poder do PÚBLICO <sup>1</sup>	1.837.767,8	1.864.096,5	1,4%	1.760.186,6	1.864.096,5	5,9%
DPMFi em Poder do Banco Central	893.194,4	895.380,5	0,2%	854.291,8	895.380,5	4,8%
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	-36.251,0	-36.492,3	0,7%	-30.625,1	-36.492,3	19,2%
Demais Obrigações Internas	5.510,6	5.229,7	-5,1%	9.151,1	5.229,7	-42,9%
II. HAVERES INTERNOS	1.876.325,1	1.883.756,7	0,4%	1.629.490,4	1.883.756,7	15,6%
Disponibilidades Internas	536.856,4	540.731,4	0,7%	433.980,2	540.731,4	24,6%
Haveres junto aos Governos Regionais	509.619,4	509.450,6	0,0%	484.254,8	509.450,6	5,2%
Haveres da Administração Indireta	298.388,5	301.639,4	1,1%	266.435,3	301.639,4	13,2%
Haveres Administrados pela STN	531.460,8	531.935,3	0,1%	444.820,1	531.935,3	19,6%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	823.896,7	844.457,6	2,5%	963.513,9	844.457,6	-12,4%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>3</sup>	18,6%	18,9%		23,0%	18,9%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

No mês de fevereiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 844,5 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 20,6 bilhões em relação ao mês anterior, decorrência do aumento de R\$ 28,0 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo aumento de R\$ 7,4 bilhões no saldo dos haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 18,9 % em fevereiro de 2013.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional reduziu R\$ 119,1 bilhões, passando de R\$ 963,5 bilhões, em fevereiro de 2012, para R\$ 844,5 bilhões em fevereiro de 2013. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 254,3 bilhões no saldo dos haveres internos, que mais do que compensou o aumento de R\$ 135,2 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Em relação ao PIB, também houve redução, passando de 23,0% para 18,9%.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 28,3 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 4,5 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R\$ 24,0 bilhões.

*Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou redução de 4,1 p.p. em comparação ao ano anterior.*

R\$ Milhões

**Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação	Jan/13	Fev/13	Variação %	Fev/12	Fev/13	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	1.837.767,8	1.864.096,5	1,4%	1.760.186,6	1.864.096,5	5,9%
LFT	430.029,4	437.495,9	1,7%	497.750,4	437.495,9	-12,1%
LTN	512.927,1	525.353,7	2,4%	470.872,9	525.353,7	11,6%
NTN-B	616.415,9	615.994,4	-0,1%	503.107,9	615.994,4	22,4%
NTN-C	64.340,7	64.966,6	1,0%	61.103,1	64.966,6	6,3%
NTN-F	179.965,6	186.027,6	3,4%	193.041,5	186.027,6	-3,6%
Demais <sup>1</sup>	34.089,2	34.258,2	0,5%	34.310,8	34.258,2	-0,2%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-36.251,0	-36.492,3	0,7%	-30.625,1	-36.492,3	19,2%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	893.194,4	895.380,5	0,2%	854.291,8	895.380,5	4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>2.694.711,2</b>	<b>2.722.984,6</b>	<b>1,0%</b>	<b>2.583.853,3</b>	<b>2.722.984,6</b>	<b>5,4%</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

**A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela emissão líquida de R\$ 4,5 bilhões e apropriação de juros de R\$ 24,0 bilhões.**

Na carteira de títulos em poder do público, o aumento de R\$ 26,3 bilhões está associado à emissão líquida de R\$ 10,4 bilhões, além da apropriação de juros no valor de R\$ 15,9 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, o aumento de R\$ 2,2 bilhões decorreu do resgate de R\$ 5,9 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 8,1 bilhões. Não houve emissão no mês de fevereiro.

R\$ Milhões

**Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional<sup>1</sup> - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação	Saldo Jan/12	Fatores de Variação <sup>2</sup>			Saldo Fev/13
		Emissões	Resgates <sup>3</sup>	Juros <sup>4</sup>	
EM PODER DO PÚBLICO	1.837.767,8	23.387,3	-12.962,1	15.903,4	1.864.096,5
LFT	430.029,4	5.544,4	-214,1	2.136,3	437.495,9
LTN	512.927,1	8.701,8	-25,7	3.750,5	525.353,7
NTN-B	616.415,9	4.071,2	-12.389,9	7.897,3	615.994,4
NTN-C	64.340,7	0,0	-0,3	626,2	64.966,6
NTN-F	179.965,6	4.694,9	-24,9	1.392,0	186.027,6
Demais <sup>5</sup>	34.089,2	375,0	-307,1	101,1	34.258,2
EM PODER DO BANCO CENTRAL	893.194,4	0,0	-5.877,9	8.064,0	895.380,5
<b>TOTAL</b>	<b>2.730.962,2</b>	<b>23.387,3</b>	<b>-18.840,0</b>	<b>23.967,4</b>	<b>2.759.476,9</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 7,4 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o aumento de R\$ 3,9 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 3,3 bilhões nos haveres da administração indireta. Os saldos dos haveres administrados pela STN e dos haveres junto aos governos regionais não tiveram variações significativas no mês de fevereiro.

R\$ Milhões

**Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013**

Discriminação	Jan/13	Fev/13	Variação %	Fev/12	Fev/13	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	536.856,4	540.731,4	0,7%	433.980,2	540.731,4	24,6%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	509.619,4	509.450,6	0,0%	484.254,8	509.450,6	5,2%
Lei 9.496/97	394.795,0	395.863,9	0,3%	370.187,7	395.863,9	6,9%
MP 2.185/01	65.496,3	65.840,2	0,5%	59.570,4	65.840,2	10,5%
Lei 8.727/93	20.854,0	20.462,9	-1,9%	26.046,2	20.462,9	-21,4%
Antecipação de Royalties	7.571,1	6.443,2	-14,9%	7.661,5	6.443,2	-15,9%
Bônus Renegociados	4.932,0	4.894,2	-0,8%	4.787,9	4.894,2	2,2%
Demais Haveres	15.970,9	15.946,2	-0,2%	16.001,2	15.946,2	-0,3%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	298.388,5	301.639,4	1,1%	266.435,3	301.639,4	13,2%
FAT	169.181,8	170.342,8	0,7%	157.790,6	170.342,8	8,0%
Fundos Regionais	75.506,8	76.557,1	1,4%	67.763,5	76.557,1	13,0%
Demais	53.699,9	54.739,5	1,9%	40.881,2	54.739,5	33,9%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	531.460,8	531.935,3	0,1%	444.820,1	531.935,3	19,6%
<b>TOTAL</b>	<b>1.876.325,1</b>	<b>1.883.756,7</b>	<b>0,4%</b>	<b>1.629.490,4</b>	<b>1.883.756,7</b>	<b>15,6%</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Nos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 1,2 bilhão no saldo do FAT, de R\$ 1,1 bilhão nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e de R\$ 1,0 bilhão nos demais fundos.

# Dívida Externa Líquida

**Em fevereiro de 2013, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 87,1 bilhões. Em percentual do PIB houve redução de 0,1 p.p. em relação ao mês anterior, totalizando 1,9%.**

Discriminação	Jan/13	Fev/13	Variação %	Fev/12	Fev/13	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	88.037,4	87.487,0	-0,6%	75.851,2	87.487,0	15,3%
Dívida Mobiliária	75.038,5	74.664,5	-0,5%	65.437,6	74.664,5	14,1%
Euro	2.346,9	2.165,4	-7,7%	3.927,0	2.165,4	-44,9%
Global US\$	59.339,5	59.032,5	-0,5%	49.807,8	59.032,5	18,5%
Global BRL	13.289,2	13.403,8	0,9%	11.594,0	13.403,8	15,6%
Demais	63,0	62,9	-0,2%	108,8	62,9	-42,2%
Divida Contratual	12.998,9	12.822,5	-1,4%	10.413,6	12.822,5	23,1%
Organismos Internacionais	7.173,3	7.164,6	-0,1%	6.302,1	7.164,6	13,7%
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.825,6	5.657,9	-2,9%	4.111,6	5.657,9	37,6%
II. HAVERES EXTERNOS	372,0	421,9	13,4%	369,5	421,9	14,2%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	372,0	421,9	13,4%	369,5	421,9	14,2%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	87.665,4	87.065,1	-0,7%	75.481,7	87.065,1	15,3%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>1</sup>	2,0%	1,9%		1,8%	1,9%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em fevereiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 87,1 bilhões, contra R\$ 87,7 bilhões em janeiro. Houve redução de R\$ 600,3 milhões em relação ao mês anterior. A variação cambial representou no mês uma diminuição de R\$ 704,4 milhões e houve resgate líquido de R\$ 440,9 milhões no mesmo período. A apropriação de juros totalizou R\$ 594,9 milhões.

Discriminação	Saldo Jan/13	Fatores de Variação <sup>2</sup>				Saldo Fev/13
		Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambiál	
DÍVIDA MOBILIÁRIA <sup>3</sup>	75.038,5	0,0	-395,5	507,3	-485,8	74.664,5
Global US\$	59.339,5	0,0	-296,7	374,7	-385,0	59.032,5
Euro	2.346,9	0,0	-98,7	17,7	-100,4	2.165,4
Global BRL	13.289,2	0,0	0,0	114,6	0,0	13.403,8
Demais	63,0	0,0	0,0	0,3	-0,4	62,9
DÍVIDA CONTRATUAL	12.998,9	0,5	-45,9	87,5	-218,6	12.822,5
Org. Internacionais	7.173,3	0,5	-17,0	54,5	-46,7	7.164,6
Bancos Privados/Agencias Governamentais	5.825,6	0,0	-28,9	33,0	-171,8	5.657,9
TOTAL	88.037,4	0,5	-441,4	594,9	-704,4	87.487,0

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, o aumento da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 11,6 bilhões, passando de R\$ 75,5 bilhões, em fevereiro de 2012, para R\$ 87,1 bilhões, em fevereiro de 2013. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 85,3% (R\$ 74,7 bilhões) e a dívida contratual representa 14,7% (R\$ 12,8 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional reduziu 0,1 p.p. no mês. Comparativamente ao ano anterior, aumentou 0,1 p.p., passando de 1,8% em fevereiro de 2012 para 1,9% em fevereiro de 2013.

# Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores):

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas Primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores):

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações:

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão

Tabela A10 - Dividendos pagos à União

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

# Listas de Abreviaturas

## Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

- Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
FSB - Fundo Soberano do Brasil  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
II - Imposto de Importação  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
PSI – Programa de Sustentação do Investimento  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

**Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVIII - nº 2 - Internet: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

**FEVEREIRO / 2013**

## Comentários

Em Fevereiro de 2013 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 34,5%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 12.776.861,3 (mil), ante R\$ 9.496.750,0 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na internet no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN:

- <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/consulta-as-transferencias-realizadas>
- <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/estatisticas>

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

## Distribuição do FPM/FPE

Origens	2012			2013			Variação Nominal		
	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro	Fev/13 Jan/13	Fev/13 Fev/13	Até Fev/13 Fev/13
FPM	4.545.184,8	5.498.091,5	10.043.276,2	4.856.292,7	6.533.622,3	11.389.915,0	34,5%	18,8%	13,4%
FPE	4.343.176,4	5.253.731,7	9.596.908,1	4.640.457,3	6.243.239,0	10.883.696,3	34,5%	18,8%	13,4%
IPI-Exp	144.151,5	301.143,4	445.294,9	346.222,9	265.840,4	612.063,3	-23,2%	-11,7%	37,5%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

## Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
FEVEREIRO	+ 37,0 %	34,5%	+ 37,0 %	34,5%	- 6,0 %	-23,2%

\* No FPM a variação prevista e realizada não abrange a parcela anual prevista na EC 55/2007

## Estimativa Trimestral

FUNDOS	MAR/FEV	ABR/MAR	MAI/ABR
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 37,0 %	+34,0%	+8,0%
IPI - EXP	+12,0%	+32,0%	+5,0%

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2013 a 20/02/2013, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
	JAN/3º DEC	2.506.279	25.010.471	FEV/1º DEC	4.732.881	4.953.015	200.502	9.886.399
FEV/1º DEC	418.941	1.611.986	2.030.927	FEV/2º DEC	349.319	365.567	33.515	748.402
FEV/2º DEC	397.785	6.352.438	6.750.223	FEV/3º DEC	1.161.038	1.215.040	31.823	2.407.901
<b>TOTAL</b>	<b>3.323.005</b>	<b>32.974.896</b>	<b>36.297.901</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.243.239</b>	<b>6.533.622</b>	<b>265.840</b>	<b>13.042.702</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

Estados	UF	FPM	FPE	R\$ Mil	
				IPI-EXP	
ACRE	AC	34.733,3	213.581,2		12,3
ALAGOAS	AL	155.699,5	259.725,0		417,0
AMAZONAS	AM	100.122,3	174.211,3		1.679,2
AMAPÁ	AP	25.535,0	213.019,3		561,9
BAHIA	BA	596.660,4	586.627,2		13.795,2
CEARÁ	CE	324.668,1	458.060,2		1.755,9
DISTRITO FEDERAL	DF	11.048,2	43.090,8		336,9
ESPÍRITO SANTO	ES	113.424,5	93.648,6		14.997,4
GOIÁS	GO	238.440,6	177.501,5		4.861,9
MARANHÃO	MA	271.871,9	450.649,5		2.649,3
MINAS GERAIS	MG	855.969,6	278.105,1		39.044,7
MATO GROSSO DO SUL	MS	99.534,5	83.159,9		3.878,5
MATO GROSSO	MT	120.646,9	144.087,7		3.292,6
PARÁ	PA	240.445,5	381.586,8		16.523,7
PARAÍBA	PB	211.223,0	298.982,5		310,6
PERNAMBUCO	PE	322.066,2	430.796,0		1.969,6
PIAUÍ	PI	173.379,8	269.795,3		51,1
PARANÁ	PR	440.638,4	180.005,1		20.247,0
RIO DE JANEIRO	RJ	196.908,0	95.378,0		50.452,6
RIO GRANDE DO NORTE	RN	164.667,8	260.836,3		242,8
RONDÔNIA	RO	57.602,1	175.784,6		474,1
RORAIMA	RR	23.170,4	154.876,0		14,1
RIO GRANDE DO SUL	RS	439.192,9	147.015,8		21.026,4
SANTA CATARINA	SC	254.331,7	79.901,0		13.771,9
SERGIPE	SE	97.570,6	259.425,3		125,9
SÃO PAULO	SP	871.157,8	62.432,4		53.168,1
TOCANTINS	TO	92.913,2	270.956,6		179,6
<b>TOTAL</b>		<b>6.533.622,3</b>	<b>6.243.239,0</b>		<b>265.840,4</b>

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 2012, foi publicada a Portaria STN nº 734, de 12 de dezembro de 2012, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2013, disponível no endereço:

- <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/documentos-relacionados>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: [coint.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:coint.df.stn@fazenda.gov.br) ou [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central<sup>1/</sup> - Brasil - Mensal - 1997 a 2013

R\$ Milhões

Discriminação	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>77.758,2</b>	<b>83.101,9</b>	<b>96.812,1</b>	<b>81.604,6</b>	<b>80.032,2</b>	<b>88.360,8</b>	<b>81.760,4</b>	<b>81.361,3</b>	<b>91.113,9</b>	<b>83.029,6</b>	<b>114.827,3</b>	<b>117.169,1</b>	<b>76.289,2</b>
<b>Receitas do Tesouro Nacional</b>	<b>58.717,5</b>	<b>60.652,7</b>	<b>74.804,1</b>	<b>59.560,9</b>	<b>58.188,0</b>	<b>65.786,7</b>	<b>59.005,1</b>	<b>59.594,1</b>	<b>68.459,0</b>	<b>60.345,8</b>	<b>75.674,9</b>	<b>95.530,5</b>	<b>54.003,8</b>
Receita Bruta	59.324,5	61.124,5	75.459,6	60.406,8	60.978,0	69.294,1	61.721,6	61.955,1	70.288,8	61.914,2	76.976,7	95.945,7	54.763,7
Impostos	25.671,4	30.138,5	37.059,4	27.335,1	30.531,6	30.714,5	25.618,4	26.873,9	32.247,0	29.812,0	34.290,2	47.816,0	25.775,7
Contribuições	22.663,5	23.722,4	25.436,0	22.962,6	24.139,6	26.255,1	24.398,4	25.111,2	27.437,9	24.971,4	26.740,3	36.653,1	23.117,3
Demais <sup>2/</sup>	10.989,6	7.263,6	12.964,2	10.109,1	6.306,7	12.324,5	11.704,8	9.970,0	10.603,9	7.130,8	15.946,1	11.476,6	5.870,7
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituições	-607,0	-439,9	-550,0	-845,9	-2.790,0	-3.508,4	-2.716,5	-2.361,0	-1.824,0	-1.568,4	-1.301,7	-409,8	-760,0
(-) Incentivos Fiscais	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	-5,8	0,0	0,0	-5,4	0,0
<b>Receitas da Previdência Social</b>	<b>18.802,3</b>	<b>22.221,4</b>	<b>21.765,6</b>	<b>21.820,9</b>	<b>21.631,9</b>	<b>22.284,0</b>	<b>22.534,6</b>	<b>21.610,7</b>	<b>22.381,3</b>	<b>22.477,6</b>	<b>38.636,6</b>	<b>21.411,0</b>	<b>21.915,5</b>
Receitas da Previdência Social - Urbano <sup>3/</sup>	18.445,8	21.788,5	21.204,8	21.287,4	21.123,6	21.836,6	22.038,6	21.112,1	21.918,7	21.999,4	38.035,5	20.990,9	21.510,2
Receitas da Previdência Social - Rural <sup>3/</sup>	356,5	432,9	560,8	533,5	508,3	447,4	496,0	498,7	462,6	478,2	601,1	420,2	405,3
<b>Receitas do Banco Central</b>	<b>238,4</b>	<b>227,8</b>	<b>242,5</b>	<b>222,8</b>	<b>212,3</b>	<b>290,1</b>	<b>220,7</b>	<b>156,4</b>	<b>273,7</b>	<b>206,2</b>	<b>515,8</b>	<b>227,6</b>	<b>369,9</b>
<b>2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>18.190,9</b>	<b>12.285,9</b>	<b>16.557,7</b>	<b>18.060,6</b>	<b>13.445,8</b>	<b>11.474,3</b>	<b>14.209,4</b>	<b>10.863,1</b>	<b>12.303,5</b>	<b>18.395,9</b>	<b>19.967,3</b>	<b>15.574,8</b>	<b>21.186,5</b>
<b>Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)</b>	<b>13.816,2</b>	<b>9.463,0</b>	<b>11.859,7</b>	<b>13.269,0</b>	<b>11.339,2</b>	<b>8.534,6</b>	<b>9.418,4</b>	<b>8.291,5</b>	<b>8.766,1</b>	<b>11.725,9</b>	<b>16.137,5</b>	<b>12.303,7</b>	<b>16.303,4</b>
<b>Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115<sup>4/</sup></b>	<b>162,5</b>	<b>162,5</b>	<b>162,5</b>	<b>162,5</b>	<b>162,5</b>	<b>162,5</b>	<b>0,0</b>	<b>325,0</b>	<b>2.112,5</b>	<b>162,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Transferências da Cide - Combustíveis</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>292,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>320,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>57,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,7</b>	<b>0,0</b>
<b>Demais Transferências</b>	<b>4.212,2</b>	<b>2.660,4</b>	<b>4.243,3</b>	<b>4.629,1</b>	<b>1.944,1</b>	<b>2.456,4</b>	<b>4.628,5</b>	<b>2.571,6</b>	<b>3.155,4</b>	<b>4.557,5</b>	<b>3.667,3</b>	<b>3.269,4</b>	<b>4.883,1</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)</b>	<b>59.567,3</b>	<b>70.816,0</b>	<b>80.254,5</b>	<b>63.544,0</b>	<b>66.586,3</b>	<b>76.886,5</b>	<b>67.551,0</b>	<b>70.498,2</b>	<b>78.810,4</b>	<b>64.633,7</b>	<b>94.860,0</b>	<b>101.594,3</b>	<b>55.102,7</b>
<b>4. DESPESA TOTAL</b>	<b>54.177,7</b>	<b>63.175,3</b>	<b>69.038,3</b>	<b>61.758,8</b>	<b>65.465,3</b>	<b>72.881,8</b>	<b>65.943,6</b>	<b>69.276,6</b>	<b>69.078,0</b>	<b>68.963,3</b>	<b>78.936,0</b>	<b>75.403,7</b>	<b>61.515,6</b>
<b>Despesas do Tesouro Nacional</b>	<b>30.023,9</b>	<b>38.898,6</b>	<b>41.637,8</b>	<b>37.053,6</b>	<b>40.784,2</b>	<b>47.692,2</b>	<b>38.163,2</b>	<b>36.246,7</b>	<b>43.539,0</b>	<b>40.758,8</b>	<b>46.362,9</b>	<b>47.600,6</b>	<b>35.825,0</b>
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2/</sup>	14.225,8	13.885,8	15.977,4	14.352,2	14.766,2	18.199,7	14.109,2	14.040,5	14.177,1	16.613,2	19.432,3	16.511,6	14.733,5
Custeio e Capital	15.611,4	24.820,8	25.477,5	22.512,0	25.842,4	29.245,4	23.867,9	22.090,6	29.123,4	24.005,7	26.625,9	31.052,6	20.745,4
Despesa do FAT	1.539,1	2.773,4	2.179,4	2.514,0	2.837,3	7.813,6	4.317,6	3.225,3	4.319,2	2.938,5	2.526,8	3.573,8	2.396,9
Abono e Seguro Desemprego	1.507,2	2.729,9	2.155,3	2.489,1	2.810,2	7.775,4	4.276,8	3.203,9	4.274,1	2.899,8	2.441,7	3.547,2	2.363,5
Demais Despesas do FAT	32,0	43,5	24,2	24,9	27,2	38,2	40,9	21,4	45,1	38,7	85,2	26,5	33,4
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>5/</sup>	408,4	626,2	2.071,2	719,2	756,9	594,3	-134,8	196,4	1.171,1	793,5	547,0	863,7	828,9
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	85,6	388,3	1.730,3	398,5	289,4	339,9	-399,0	-62,2	739,8	432,1	193,9	530,2	523,1
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	322,8	237,9	340,9	320,8	467,5	254,5	264,1	258,5	431,3	361,4	353,1	333,5	305,7
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>6/</sup>	2.425,6	2.441,1	2.447,8	2.463,1	2.459,0	2.475,2	2.481,0	2.485,8	2.508,4	2.511,3	2.207,8	2.942,0	2.751,7
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas de Custeio e Capital	11.238,2	18.980,0	18.779,0	16.815,6	19.789,1	18.362,2	17.204,1	16.183,1	21.124,7	17.762,3	21.344,2	23.673,1	14.767,9
Outras Despesas de Custo	9.372,0	12.888,3	13.352,5	11.668,2	13.201,2	12.437,8	13.499,0	13.432,1	15.435,5	13.803,7	16.757,0	14.051,5	12.062,3
Outras Despesas de Capital <sup>7/</sup>	1.866,2	6.091,7	5.426,6	5.147,4	6.587,9	5.924,4	3.705,1	2.751,1	5.689,2	3.958,6	4.587,2	9.621,7	2.705,6
Transferência do Tesouro ao Banco Central	186,6	192,1	182,9	189,5	175,5	247,1	186,0	115,5	238,5	139,9	304,7	36,4	346,2
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>23.945,8</b>	<b>23.985,9</b>	<b>27.081,2</b>	<b>24.394,0</b>	<b>24.389,2</b>	<b>24.865,0</b>	<b>27.470,8</b>	<b>32.731,7</b>	<b>25.200,0</b>	<b>27.859,1</b>	<b>32.063,8</b>	<b>27.586,8</b>	<b>25.376,6</b>
Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>3/</sup>	18.542,7	18.591,2	21.024,9	18.900,7	18.894,4	19.272,9	20.404,8	26.146,4	19.557,4	20.709,3	25.973,9	21.069,0	19.881,7
Benefícios Previdenciários - Rural <sup>3/</sup>	5.403,1	5.394,7	6.056,4	5.493,3	5.494,8	5.592,1	7.066,0	6.585,3	5.642,6	7.149,8	6.089,9	6.517,8	5.494,9
<b>Despesas do Banco Central</b>	<b>208,1</b>	<b>290,8</b>	<b>319,3</b>	<b>311,2</b>	<b>292,0</b>	<b>324,6</b>	<b>309,7</b>	<b>298,2</b>	<b>339,0</b>	<b>345,5</b>	<b>509,3</b>	<b>216,3</b>	<b>313,9</b>
<b>5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB<sup>8/</sup></b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>12.400,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 + 4 + 5)</b>	<b>5.389,6</b>	<b>7.640,7</b>	<b>11.216,2</b>	<b>1.785,2</b>	<b>1.121,0</b>	<b>4.004,8</b>	<b>1.607,4</b>	<b>1.221,7</b>	<b>9.732,4</b>	<b>-4.329,6</b>	<b>28.324,0</b>	<b>26.190,5</b>	<b>-6.412,8</b>
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>10.502,7</b>	<b>9.468,2</b>	<b>16.608,6</b>	<b>4.446,7</b>	<b>3.958,0</b>	<b>6.620,3</b>	<b>6.632,5</b>	<b>12.484,4</b>	<b>12.616,4</b>	<b>1.191,2</b>	<b>21.744,7</b>	<b>32.355,1</b>	<b>-3.007,7</b>
<b>Previdência Social (RGPS)<sup>9/</sup></b>	<b>-5.143,4</b>	<b>-1.764,5</b>	<b>-5.315,7</b>	<b>-2.573,1</b>	<b>-2.757,3</b>	<b>-2.581,0</b>	<b>-4.936,2</b>	<b>-11.121,0</b>	<b>-2.818,7</b>	<b>-5.381,4</b>	<b>6.572,8</b>	<b>-6.175,8</b>	<b>-3.461,1</b>
Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>3/</sup>	-96,8	3.197,3	179,9	2.386,7	2.229,2	2.563,7	1.633,8	-5.034,3	2.361,3	1.290,1	12.061,6	-78,2	1.628,5
Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>3/</sup>	-5.046,6	-4.961,8	-5.495,6	-4.959,8	-4.986,5	-5.144,7	-6.570,0	-6.086,7	-5.180,0	-6.671,6	-5.488,8	-6.097,7	-5.089,6
<b>Banco Central<sup>10/</sup></b>	<b>30,3</b>	<b>-63,0</b>	<b>-76,8</b>	<b>-88,4</b>	<b>-79,7</b>	<b>-34,6</b>	<b>-89,0</b>	<b>-141,7</b>	<b>-65,3</b>	<b>-139,4</b>	<b>6,5</b>	<b>11,3</b>	<b>56,0</b>
<b>7. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>11/</sup></b>	<b>144,0</b>	<b>154,6</b>	<b>159,4</b>	<b>169,1</b>	<b>38,8</b>	<b>300,9</b>	<b>81,3</b>	<b>31,9</b>	<b>86,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>170,2</b>	<b>169,3</b>
<b>8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-217,1</b>	<b>-339,3</b>	<b>103,5</b>	<b>-396,3</b>	<b>859,2</b>	<b>-471,0</b>	<b>-516,1</b>	<b>-323,1</b>	<b>242,1</b>	<b>-1.545,7</b>	<b>-423,1</b>	<b>-272,3</b>	<b>nd</b>
<b>9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)<sup>12/</sup></b>	<b>5.316,5</b>	<b>7.456,1</b>	<b>11.479,1</b>	<b>1.558,0</b>	<b>2.019,0</b>	<b>3.834,7</b>	<b>1.172,6</b>	<b>930,6</b>	<b>10.060,7</b>	<b>-5.875,3</b>	<b>27.900,9</b>	<b>26.088,4</b>	<b>nd</b>
<b>10. JUROS NOMINAIS<sup>12/</sup></b>	<b>-14.362,3</b>	<b>-17.792,4</b>	<b>-11.751,4</b>	<b>-11.097,6</b>	<b>-9.197,6</b>	<b>-11.372,0</b>	<b>-9.302,7</b>	<b>-4.805,1</b>	<b>-9.813,3</b>	<b>-14.670,5</b>	<b>-15.054,0</b>	<b>-16.627,9</b>	<b>nd</b>
<b>11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)<sup>12/</sup></b>	<b>-9.045,8</b>	<b>-10.336,3</b>	<b>-272,3</b>	<b>-9.539,7</b>	<b>-7.178,7</b>	<b>-7.537,4</b>	<b>-8.130,1</b>	<b>-3.874,5</b>	<b>247,4</b>	<b>-20.545,8</b>	<b>12.846,9</b>	<b>9.460,5</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
<b>Parcela patronal da CPSS<sup>2/</sup></b>	996,2	1.011,3	1.006,5	1.041,1	1.072,7	1.025,6	1.010,9	1.020,9	1.062,2	1.941,7	1.195,6	716,7	1.256,9
<b>RMV<sup>6/</sup></b>	155,8	154,7	153,5	152,6	150,6	149,1	147,8	146,3	144,8	143,6	122,9	166,9	151,5

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita a Contrib

Tabela 1.2. Receitas Primárias do Governo Central<sup>1/</sup> - Brasil - Mensal - 1997 a 2013

R\$ Milhões

Discriminação	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>77.758,2</b>	<b>83.101,9</b>	<b>96.812,1</b>	<b>81.604,6</b>	<b>80.032,2</b>	<b>88.360,8</b>	<b>81.760,4</b>	<b>81.361,3</b>	<b>91.113,9</b>	<b>83.029,6</b>	<b>114.827,3</b>	<b>117.169,1</b>	<b>76.289,2</b>
<b>Receitas do Tesouro Nacional</b>	<b>58.717,5</b>	<b>60.652,7</b>	<b>74.804,1</b>	<b>59.560,9</b>	<b>58.188,0</b>	<b>65.786,7</b>	<b>59.005,1</b>	<b>59.594,1</b>	<b>68.459,0</b>	<b>60.345,8</b>	<b>75.674,9</b>	<b>95.530,5</b>	<b>54.003,8</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>59.324,5</b>	<b>61.124,5</b>	<b>75.459,6</b>	<b>60.406,8</b>	<b>60.978,0</b>	<b>69.294,1</b>	<b>61.721,6</b>	<b>61.955,1</b>	<b>70.288,8</b>	<b>61.914,2</b>	<b>76.976,7</b>	<b>95.945,7</b>	<b>54.763,7</b>
Impostos	25.671,4	30.138,5	37.059,4	27.335,1	30.531,6	30.714,5	25.618,4	26.873,9	32.247,0	29.812,0	34.290,2	47.816,0	25.775,7
IR	17.547,7	21.522,5	27.837,1	17.712,5	21.933,6	21.998,2	16.602,9	17.823,3	23.119,3	20.537,6	25.005,6	38.139,8	17.846,6
IR - Pessoa Física	857,6	992,6	5.716,8	2.390,7	2.233,5	2.110,2	1.858,9	1.819,4	1.614,9	2.385,0	1.141,9	1.141,2	1.056,4
IR - Pessoa Jurídica	8.207,9	10.362,5	11.655,6	5.591,7	6.045,9	10.328,0	5.707,7	6.918,4	11.773,7	6.654,8	7.866,1	22.655,5	7.647,9
IR - Retido na Fonte	8.482,2	10.167,4	10.464,7	9.730,0	13.654,1	9.560,1	9.036,2	9.085,6	9.730,8	11.497,8	15.997,5	14.343,0	9.142,3
IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.467,9	6.803,5	6.109,5	5.872,7	5.703,6	5.638,2	5.555,9	5.788,0	5.645,1	7.627,9	6.614,8	8.645,9	5.884,1
IRRF - Rendimentos do Capital	1.686,4	1.804,9	2.465,3	2.080,3	6.313,1	1.967,3	1.822,7	1.620,5	2.038,5	1.857,4	6.244,7	2.941,1	1.730,2
IRRF - Remessas ao Exterior	707,2	983,2	1.263,9	1.174,8	940,8	1.241,5	982,3	981,8	1.375,5	1.306,3	2.343,3	1.857,9	857,2
IRRF - Outros Rendimentos	620,7	575,8	626,1	602,2	696,6	713,1	675,3	695,2	671,7	706,2	794,7	898,1	670,8
IPI	3.487,2	3.602,3	4.201,7	4.308,1	3.395,0	3.467,0	3.690,7	3.674,2	3.645,9	3.996,8	3.876,1	4.461,2	3.080,1
IPI - Fumo	300,4	286,9	409,7	632,2	183,3	235,8	303,5	322,1	333,8	426,1	318,8	1.016,6	93,1
IPI - Bebidas	235,7	252,2	267,1	218,3	242,8	251,2	211,1	248,3	161,1	358,0	255,2	439,8	346,1
IPI - Automóveis	404,4	396,0	452,2	464,5	164,0	177,6	144,6	322,1	198,0	305,7	344,7	271,0	271,9
IPI - Vinculado a importação	1.233,0	1.355,5	1.285,6	1.581,6	1.235,7	1.370,5	1.477,5	1.176,8	1.421,6	1.300,0	1.240,2	1.200,5	944,5
IPI - Outros	1.313,8	1.311,8	1.787,1	1.411,6	1.569,2	1.432,0	1.553,9	1.604,9	1.531,4	1.607,0	1.717,2	1.533,3	1.424,6
IOF	2.450,9	2.583,4	2.765,4	2.560,6	2.650,4	2.514,1	2.344,6	2.461,7	2.335,5	2.468,4	2.706,6	2.226,4	2.440,7
Imposto de Importação	2.172,0	2.415,7	2.243,1	2.740,3	2.538,8	2.719,9	2.962,6	2.511,5	3.070,6	2.753,7	2.644,9	2.973,4	2.394,6
Outros	13,6	14,6	12,0	13,6	13,8	15,4	17,6	403,1	75,7	55,5	57,1	15,2	13,7
Contribuições	22.663,5	23.722,4	25.436,0	22.962,6	24.139,6	26.255,1	24.398,4	25.111,2	27.437,9	24.971,4	26.740,3	36.653,1	23.117,3
COFINS	12.261,9	12.966,0	14.058,8	13.880,6	14.540,1	14.490,5	15.187,1	15.246,8	15.265,9	15.530,4	16.292,1	17.487,1	13.263,1
CPMF	42,4	4,5	8,5	7,5	42,0	6,5	6,8	5,4	9,7	4,6	46,9	4,4	8,1
CSLL	4.903,9	5.189,7	5.414,7	3.014,8	3.290,4	5.826,5	3.261,5	3.876,7	6.181,1	3.512,9	4.136,7	11.362,2	4.108,2
CIDE-Combustíveis	399,1	436,1	436,9	394,7	426,9	224,1	0,8	0,7	-2,5	0,8	2,8	0,8	0,9
Pis/Pasep	3.443,5	3.577,9	3.664,7	3.699,9	3.894,8	3.835,2	3.922,4	4.023,5	3.927,3	3.997,2	4.236,9	4.633,0	3.663,7
Salário Educação	1.145,9	1.119,4	1.114,1	1.132,4	1.161,1	1.152,4	1.183,5	1.196,1	1.184,2	1.218,1	1.233,1	2.147,0	1.300,9
Outras <sup>2/</sup>	466,8	428,9	738,4	832,7	784,3	719,8	836,2	762,0	872,1	707,4	791,9	1.018,6	772,4
Demais	10.989,6	7.263,6	12.964,2	10.109,1	6.306,7	12.324,5	11.704,8	9.970,0	10.603,9	7.130,8	15.946,1	11.476,6	5.870,7
CPSS <sup>3/</sup>	856,2	908,6	868,9	945,2	896,4	891,0	886,6	891,1	897,1	1.533,9	1.018,7	814,0	936,3
Cota parte de compensações financeiras	1.652,9	1.557,0	5.814,4	1.634,0	1.696,4	5.665,5	1.561,0	1.702,2	5.395,9	1.774,8	1.750,1	6.109,7	1.882,3
Dirretamente arrecadadas	2.677,7	2.901,2	5.970,2	2.705,3	3.073,3	3.060,7	2.811,8	3.562,5	2.635,1	2.553,6	4.296,0	3.989,3	2.695,5
Concessões	15,5	15,1	35,5	407,6	12,9	54,7	210,8	12,1	1.098,9	41,0	15,1	278,1	14,5
Dividendos	4.961,8	3,2	76,6	2.731,7	183,5	2.339,9	5.828,6	3.602,6	16,0	630,4	7.644,5	0,1	0,0
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	825,6	1.878,5	198,4	1.685,4	444,2	312,6	406,0	199,5	561,0	597,1	1.221,7	285,3	342,1
(-) Restituições	-607,0	-439,9	-550,0	-845,9	-2.790,0	-3.508,4	-2.716,5	-2.361,0	-1.824,0	-1.568,4	-1.301,7	-409,8	-760,0
(-) Incentivos Fiscais	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	-5,8	0,0	0,0	-5,4	0,0
Receitas da Previdência Social	18.802,3	22.221,4	21.765,6	21.820,9	21.631,9	22.284,0	22.534,6	21.610,7	22.381,3	22.477,6	38.636,6	21.411,0	21.915,5
Urbana	18.445,8	21.788,5	21.204,8	21.287,4	21.123,6	21.836,6	22.038,6	21.112,1	21.918,7	21.999,4	38.035,5	20.990,9	21.510,2
Rural	356,5	432,9	560,8	533,5	508,3	447,4	496,0	498,7	462,6	478,2	601,1	420,2	405,3
Receitas do Banco Central	238,4	227,8	242,5	222,8	212,3	290,1	220,7	156,4	273,7	206,2	515,8	227,6	369,9
<b>2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL<sup>4/</sup></b>	<b>18.190,9</b>	<b>12.285,9</b>	<b>16.557,7</b>	<b>18.060,6</b>	<b>13.445,8</b>	<b>11.474,3</b>	<b>14.209,4</b>	<b>10.863,1</b>	<b>12.303,5</b>	<b>18.395,9</b>	<b>19.967,3</b>	<b>15.574,8</b>	<b>21.186,5</b>
<b>Transferências Constitucionais</b>	<b>13.816,2</b>	<b>9.463,0</b>	<b>11.859,7</b>	<b>13.269,0</b>	<b>11.339,2</b>	<b>8.534,6</b>	<b>9.418,4</b>	<b>8.291,5</b>	<b>8.766,1</b>	<b>11.725,9</b>	<b>16.137,5</b>	<b>12.303,7</b>	<b>16.303,4</b>
<i>Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002<sup>5/</sup></i>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	0,0	325,0	2.112,5	162,5	0,0	0,0
<i>Transferências da Cide - Combustíveis</i>	0,0	0,0	292,2	0,0	0,0	320,8	0,0	0,0	57,0	0,0	0,0	1,7	0,0
<i>Demais Transferências</i>	4.212,2	2.660,4	4.243,3	4.629,1	1.944,1	2.456,4	4.628,5	2.571,6	3.155,4	4.557,5	3.667,3	3.269,4	4.883,1
Salário Educação	1.160,8	687,5	671,6	668,5	739,8	696,7	691,3	709,9	718,0	710,1	731,3	739,9	1.288,2
10. JUROS NOMINAIS <sup>12/</sup>	3.033,9	1.349,4	1.181,4	3.337,8	1.188,4	1.134,3	3.313,9	1.053,9	1.355,1	3.027,9	1.366,7	1.347,1	3.579,0
Fundef/Fundeb	0,0	606,9	2.372,9	606,9	0,0	606,9	606,9	755,2	755,2	755,2	1.510,5	1.130,4	0,0
Outras	17,5	16,6	17,3	15,9	15,8	18,5	16,5	52,5	327,1	64,3	58,9	52,1	15,9
<b>3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)</b>	<b>59.567,3</b>	<b>70.816,0</b>	<b>80.254,5</b>	<b>63.544,0</b>	<b>66.586,3</b>	<b>76.886,5</b>	<b>67.551,0</b>	<b>70.498,2</b>	<b>78.810,4</b>	<b>64.633,7</b>	<b>94.860,0</b>	<b>101.594,3</b>	<b>55.102,7</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

**Tabela 1.3. Dividendos pagos à União<sup>1/</sup> - Brasil - Mensal - 2000 a 2013**

R\$ Milhões

Discriminação	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
<b>DIVIDENDOS</b>	<b>4.961,8</b>	<b>3,2</b>	<b>76,6</b>	<b>2.731,7</b>	<b>183,5</b>	<b>2.339,9</b>	<b>5.828,6</b>	<b>3.602,6</b>	<b>16,0</b>	<b>630,4</b>	<b>7.644,5</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>
Banco do Brasil	710,0	0,0	0,0	578,8	0,0	479,4	199,4	415,4	0,0	155,4	431,9	0,0	0,0
BNB	0,0	0,0	6,8	0,0	0,0	0,0	115,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BNDES	3.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.860,5	4.000,0	1.259,8	0,0	0,0	2.317,4	0,0	0,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.500,0	1.500,0	0,0	0,0	4.700,0	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	400,0	0,0	425,0	0,0	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	707,8	17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IRB	0,0	0,0	0,0	101,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	47,6	0,0	0,0
Petrobras	673,7	0,0	0,0	1.212,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	78,0	3,2	69,8	130,5	166,4	0,1	13,3	27,3	16,0	50,0	147,5	0,1	0,0

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Nota: Em março de 2003 houve reclassificação dos dividendos pagos pelo Banco do Brasil em função de recolhimento depositado originalmente em conta indevida.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 1.4. Despesas Primárias do Governo Central<sup>1/</sup> - Brasil - Mensal - 1997 a 2013

R\$ Milhões

Discriminação	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
<b>DESPEZA TOTAL</b>	54.177,7	63.175,3	69.038,3	61.758,8	65.465,3	72.881,8	65.943,6	69.276,6	69.078,0	68.963,3	78.936,0	75.403,7	61.515,6
<b>Despesas do Tesouro</b>	30.023,9	38.898,6	41.637,8	37.053,6	40.784,2	47.692,2	38.163,2	36.246,7	43.539,0	40.758,8	46.362,9	47.600,6	35.825,0
<b>Pessoal e Encargos Sociais<sup>2/</sup></b>	14.225,8	13.885,8	15.977,4	14.352,2	14.766,2	18.199,7	14.109,2	14.040,5	14.177,1	16.613,2	19.432,3	16.511,6	14.733,5
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	120,0	178,9	2.255,7	391,6	278,9	339,9	142,5	270,9	226,6	235,1	85,3	267,2	121,1
<b>Custeio e Capital</b>	15.611,4	24.820,8	25.477,5	22.512,0	25.842,4	29.245,4	23.867,9	22.090,6	29.123,4	24.005,7	26.625,9	31.052,6	20.745,4
Despesa do FAT	1.539,1	2.773,4	2.179,4	2.514,0	2.837,3	7.813,6	4.317,6	3.225,3	4.319,2	2.938,5	2.526,8	3.573,8	2.396,9
Abono e Seguro Desemprego	1.507,2	2.729,9	2.155,3	2.489,1	2.810,2	7.775,4	4.276,8	3.203,9	4.274,1	2.899,8	2.441,2	3.547,2	2.363,5
Demais Despesas do FAT	32,0	43,5	24,2	24,9	27,2	38,2	40,9	21,4	45,1	38,7	85,2	26,5	33,4
<b>Subsídios e Subvenções Econômicas<sup>4/</sup></b>	408,4	626,2	2.071,2	719,2	756,9	594,3	-134,8	196,4	1.171,1	793,5	547,0	863,7	828,9
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	85,6	388,3	1.730,3	398,5	289,4	339,9	-399,0	-62,2	739,8	432,1	193,9	530,2	523,1
Equalização do custeio agropecuário	0,0	86,7	515,5	84,7	8,9	133,7	8,0	0,0	20,9	5,0	0,0	33,0	11,6
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>5/</sup>	0,0	-18,3	5,2	0,0	0,2	0,3	-17,4	0,0	16,4	-1,6	0,0	0,5	0,2
Política de preços agrícolas	84,9	140,5	158,4	32,5	32,8	-54,5	-53,9	-161,2	5,5	57,5	-67,5	85,3	115,1
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	26,8	76,6	0,5	0,3	14,8	0,3	0,0	0,6	0,0	0,0	0,5	0,1
Equalização Aquisições do Governo Federal	44,9	63,7	41,8	2,0	-7,4	-109,3	-94,3	-166,2	-41,8	7,5	-107,1	34,9	65,0
Garantia à Sustentação de Preços	40,0	50,0	40,0	30,0	40,0	40,0	40,0	5,0	46,7	50,0	39,6	50,0	50,0
Pronaf	-0,6	68,3	390,3	126,3	21,3	94,4	-528,5	-124,8	153,2	8,8	-78,9	229,0	5,8
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	47,3	391,5	114,5	4,8	82,5	41,6	0,0	153,8	1,1	0,0	223,3	1,3
Concessão de Financiamento <sup>6/</sup>	-0,6	21,1	-1,1	11,8	16,6	12,0	-570,1	-124,8	-0,7	7,7	-78,9	5,7	4,5
Proex	-38,3	62,4	38,5	23,3	86,5	19,8	-12,7	62,4	161,7	42,6	-45,4	45,3	147,2
Equalização Empréstimo do Governo Federal	19,3	47,1	36,1	41,9	35,5	34,3	0,9	135,9	104,8	87,0	0,0	6,8	181,3
Concessão de Financiamento <sup>6/</sup>	-57,7	15,4	2,4	-18,6	51,0	-14,6	-13,5	-73,4	56,9	-44,5	-45,4	38,5	-34,1
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>7/</sup>	0,0	0,0	63,3	0,0	70,0	0,0	0,0	30,4	82,7	8,1	91,6	3,7	183,1
Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA <sup>6/</sup>	0,4	12,6	10,7	83,4	24,9	25,5	59,3	18,9	66,2	59,2	71,1	4,3	4,1
Funcafé	7,3	7,9	8,6	4,8	1,2	2,7	2,4	2,3	3,4	6,8	15,9	8,6	13,7
Revitaliza	0,0	-10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	0,0	500,0	0,0	0,0	11,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	10,8
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	20,6	12,5	15,3	15,8	17,9	17,5	16,8	19,4	17,4	36,5	0,0	72,1	0,0
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) <sup>8/</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>6/</sup>	-5,8	-3,2	-5,0	-5,0	-8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	53,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capitalização à Ermea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	91,5	53,5	171,6	177,2	173,5	0,0	0,0	0,0
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	17,1	29,8	29,4	32,7	34,0	35,5	35,5	37,1	34,0	32,1	33,7	31,7	31,3
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	322,8	237,9	340,9	320,8	467,5	254,5	264,1	258,5	431,3	361,4	353,1	333,5	305,7
<b>Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)<sup>9/</sup></b>	2.425,6	2.441,1	2.447,8	2.463,1	2.459,0	2.475,2	2.481,0	2.485,8	2.508,4	2.511,3	2.207,8	2.942,0	2.751,7
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Outras Despesas de Custeio e Capital</b>	11.238,2	18.980,0	18.779,0	16.815,6	19.789,1	18.362,2	17.204,1	16.183,1	21.124,7	17.762,3	21.344,2	23.673,1	14.767,9
Sentenças Judiciais e Precatórios	39,2	47,2	91,7	1.471,7	1.225,7	69,1	40,9	49,7	50,4	68,3	31,2	86,5	35,7
Legislativo	95,9	126,3	111,8	122,9	106,6	125,8	122,2	103,6	125,8	100,6	116,2	99,8	95,9
Judiciário	511,5	583,3	529,7	610,9	567,4	567,9	600,4	605,3	627,8	560,0	630,6	568,1	495,2
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	151,1	174,2	101,2	159,4	283,6	209,0	274,5	266,8	331,4	318,8	299,5	997,9	490,9
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.083,5	4.510,1	3.642,0	3.175,5	5.510,4	3.526,4	2.569,6	2.376,4	3.285,4	2.687,1	3.630,0	5.740,7	1.882,5
Outras Obrigatorias <sup>10/</sup>	144,3	907,4	144,4	164,2	482,6	472,5	209,9	427,2	535,8	140,0	335,2	311,1	155,5
Discricionárias	9.212,7	12.631,5	14.158,2	11.111,1	11.612,8	13.391,5	13.386,6	12.354,1	16.168,1	13.887,5	14.511,5	15.869,1	11.612,1
Compensação RGPS <sup>11/</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.790,0	0,0	0,0
<b>Transferências do Tesouro ao Banco Central</b>	186,6	192,1	182,9	189,5	175,5	247,1	186,0	115,5	238,5	139,9	304,7	36,4	346,2
Benefícios Previdenciários	23.945,8	23.985,9	27.081,2	24.394,0	24.389,2	24.865,0	27.470,8	32.731,7	25.200,0	27.859,1	32.063,8	27.586,8	25.376,6
<b>Benefícios Previdenciários - Urbano<sup>3/</sup></b>	18.542,7	18.591,2	21.024,9	18.900,7	18.894,4	19.272,9	20.404,8	26.146,4	19.557,4	20.709,3	25.973,9	21.069,0	19.881,7
Sentenças Judiciais e Precatórios	247,2	251,9	2.275,7	292,7	363,2	449,1	205,1	293,4	349,2	366,6	36,1	489,5	182,0
<b>Benefícios Previdenciários - Rural<sup>3/</sup></b>	5.403,1	5.394,7	6.056,4	5.493,3	5.494,8	5.592,1	7.066,0	6.585,3	5.642,6	7.149,8	6.089,9	6.517,8	5.494,9
Sentenças Judiciais e Precatórios	72,5	73,5	659,4	85,6	106,3	131,2	71,4	74,2	101,4	127,3	8,5	152,1	50,6
Despesas do Banco Central	208,1	290,8	319,3	311,2	292,0	324,6	309,7	298,2	339,0	345,5	509,3	216,3	313,9

Memo:

Parc. patronal da CPSS<sup>2/</sup>

Sentenças Judiciais e Precatórios

RMV<sup>8/</sup>

Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Ajudado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcella patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 1.5. Investimento do Governo Federal por Órgão<sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no Ano

R\$ Milhões

Discriminação	2012						2013					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>2/</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>2/</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3/</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3/</sup>	Total
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>	<b>93.341,2</b>	<b>2.776,0</b>	<b>98,0</b>	<b>79,1</b>	<b>9.500,4</b>	<b>9.579,5</b>	<b>33.124,8</b>	<b>6.478,0</b>	<b>183,8</b>	<b>178,8</b>	<b>12.148,6</b>	<b>12.327,3</b>
Câmara dos Deputados	207,6	3,6	0,1	0,1	6,9	6,9	74,7	2,9	0,0	0,0	5,9	5,9
Senado Federal	53,6	1,8	0,1	0,1	1,2	1,3	16,7	1,9	0,0	0,0	1,4	1,4
Tribunal de Contas da União	49,0	0,9	0,0	0,0	2,8	2,8	19,8	0,0	0,0	0,0	6,6	6,6
Supremo Tribunal Federal	56,5	2,6	0,3	0,3	1,9	2,2	5,8	0,6	0,1	0,1	1,4	1,5
Superior Tribunal de Justiça	24,5	3,3	0,0	0,0	2,1	2,1	11,6	0,1	0,0	0,0	2,7	2,7
Justiça Federal	263,3	274,1	0,3	0,3	27,0	27,3	91,4	475,6	0,2	0,2	26,1	26,3
Justiça Militar	19,6	0,0	0,0	0,0	2,3	2,3	4,7	0,0	0,0	0,0	1,6	1,6
Justiça Eleitoral	260,2	3,4	0,1	0,0	58,3	58,3	120,0	0,6	0,0	0,0	29,0	29,0
Justiça do Trabalho	530,1	15,2	1,1	1,0	36,0	37,0	195,8	3,8	0,1	0,1	129,2	129,4
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	75,6	3,0	0,0	0,0	7,3	7,3	30,8	4,1	0,2	0,0	14,3	14,3
Conselho Nacional de Justiça	95,1	0,0	0,0	0,0	37,0	37,0	24,2	0,1	0,0	0,0	8,9	9,0
Presidência da República <sup>4/</sup>	2.048,0	3,6	0,0	0,0	122,4	122,4	1.536,3	1,3	0,0	0,0	558,2	558,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	202,6	0,9	0,0	0,0	16,0	16,0	713,7	251,7	50,5	50,5	6,8	57,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.825,2	0,0	0,0	0,0	48,6	48,6	94,9	0,0	0,0	0,0	79,1	79,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.908,7	105,6	12,8	1,7	82,6	84,3	579,8	3,3	0,0	0,0	80,8	80,8
Ministério da Fazenda	1.049,9	42,7	2,2	2,2	131,7	133,9	1.189,5	18,4	0,2	0,2	50,0	50,2
Ministério da Educação	12.279,9	246,8	7,9	5,4	1.502,8	1.508,2	4.085,6	31,4	0,6	0,0	1.730,4	1.730,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	204,8	6,8	0,1	0,1	8,0	8,1	44,9	0,0	0,0	0,0	9,9	9,9
Ministério da Justiça	2.400,8	39,1	0,0	0,0	68,3	68,3	634,5	26,5	0,0	0,0	277,9	277,9
Ministério de Minas e Energia	112,8	5,8	1,0	1,0	8,3	9,3	39,5	0,2	0,0	0,0	16,5	16,5
Ministério da Previdência Social	277,4	37,8	0,0	0,0	11,1	11,1	53,6	0,5	0,0	0,0	26,9	26,9
Ministério Público da União	215,1	0,3	0,0	0,0	64,2	64,2	59,1	3,7	0,0	0,0	22,5	22,5
Ministério das Relações Exteriores	71,0	5,5	5,0	5,0	0,6	5,6	14,9	0,0	0,0	0,0	3,2	3,2
Ministério da Saúde	9.698,4	222,4	3,1	2,7	454,1	456,8	2.094,6	16,6	0,5	0,5	643,1	643,6
Ministério do Trabalho e Emprego	89,0	0,1	0,0	0,0	5,6	5,6	20,5	0,0	0,0	0,0	11,4	11,4
Ministério dos Transportes	17.758,2	397,6	0,0	0,0	1.122,2	1.122,2	5.768,5	94,2	0,0	0,0	1.415,1	1.415,1
Ministério das Comunicações	433,4	0,1	0,0	0,0	22,2	22,2	133,4	0,0	0,0	0,0	70,1	70,1
Ministério da Cultura	646,7	298,4	0,0	0,0	11,1	11,1	281,4	0,0	0,0	0,0	17,6	17,6
Ministério do Meio Ambiente	228,6	1,1	0,1	0,1	13,6	13,7	108,4	1,4	0,0	0,0	11,8	11,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.446,9	57,1	0,0	0,0	68,3	68,3	1.025,5	0,0	0,0	0,0	80,7	80,7
Ministério do Esporte	1.468,6	0,0	0,0	0,0	140,4	140,4	318,3	2,5	0,0	0,0	118,5	118,5
Ministério da Defesa	9.405,7	843,9	48,0	43,5	748,4	791,9	4.793,1	2.301,0	101,1	96,8	1.099,9	1.196,7
Ministério da Integração Nacional	6.473,4	104,2	15,5	15,5	288,0	303,5	2.425,3	149,7	30,3	30,3	375,3	405,6
Ministério do Turismo	1.907,9	0,1	0,0	0,0	74,4	74,4	817,6	0,0	0,0	0,0	99,7	99,7
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.146,6	2,6	0,0	0,0	212,1	212,1	299,9	0,0	0,0	0,0	222,8	222,8
Ministério das Cidades	17.262,1	45,4	0,1	0,1	4.083,5	4.083,6	5.372,4	3.086,1	0,0	0,0	4.890,1	4.890,1
Ministério da Pesca e Agricultura	125,8	0,0	0,0	0,0	9,3	9,3	20,8	0,0	0,0	0,0	2,9	2,9
Conselho Nacional do Ministério Público	18,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	3,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 1.6. Investimento do Governo Federal por Órgão<sup>1/</sup> - Despesa paga - Brasil - Mensal - 2007 a 2013

R\$ Milhões

Discriminação	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
INVESTIMENTO TOTAL	1.866,2	6.091,7	5.426,6	5.147,4	6.587,9	5.924,4	3.705,1	2.751,1	5.689,2	3.958,6	4.587,2	9.621,7	2.705,6
Câmara dos Deputados	3,8	0,9	4,1	3,6	6,7	6,5	5,1	3,0	7,0	1,5	4,1	3,4	2,5
Senado Federal	0,7	1,1	1,8	1,3	0,9	4,2	2,1	0,2	1,3	0,3	0,9	1,0	0,3
Tribunal de Contas da União	1,5	4,5	2,8	5,2	1,4	1,8	1,1	4,7	0,9	2,0	3,7	2,1	4,5
Supremo Tribunal Federal	1,6	2,0	4,1	0,6	2,8	2,6	3,9	1,1	1,5	0,2	0,9	0,6	0,9
Superior Tribunal de Justiça	0,9	2,7	4,8	0,9	7,4	0,6	3,1	1,7	0,5	0,2	0,3	2,6	0,1
Justiça Federal	13,8	24,8	24,1	320,5	158,1	21,3	22,8	13,3	15,4	14,1	18,8	9,4	16,9
Justiça Militar	1,9	0,6	0,5	0,1	0,5	0,4	1,1	0,8	1,5	0,4	1,7	0,4	1,2
Justiça Eleitoral	24,6	22,8	11,3	23,3	10,9	12,9	23,1	59,1	14,7	9,4	9,7	16,7	12,3
Justiça do Trabalho	19,5	19,3	24,0	22,0	21,5	14,4	24,0	17,4	28,2	20,9	23,1	111,1	18,3
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	3,2	6,8	6,1	9,4	7,7	3,1	5,9	2,7	5,7	6,3	8,0	7,1	7,2
Conselho Nacional de Justiça	34,2	18,4	5,5	3,9	0,6	1,6	3,0	0,1	4,8	0,1	90,6	0,8	8,1
Presidência da República <sup>2/</sup>	85,0	21,6	49,0	106,4	580,6	50,2	21,1	7,1	35,6	33,4	19,7	444,0	114,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	15,7	64,8	1,5	2,5	1,1	0,2	1,1	0,4	92,9	1,2	70,2	6,1	51,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16,7	47,4	35,2	171,4	34,1	52,5	53,0	30,1	44,8	39,5	27,0	52,5	26,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	44,0	49,8	95,0	137,0	107,4	131,1	77,3	37,8	69,1	149,7	69,9	44,8	35,9
Ministério da Fazenda	19,4	60,7	588,3	41,3	24,0	35,7	46,2	32,1	319,6	35,7	269,0	25,8	24,4
Ministério da Educação	358,1	563,0	657,0	852,9	1.060,1	2.073,1	490,8	463,4	417,0	821,3	291,0	1.269,5	460,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	3,8	10,6	20,0	2,9	3,7	2,5	2,0	5,6	25,9	8,1	48,9	8,0	1,9
Ministério da Justiça	14,9	27,7	33,0	25,1	45,3	147,8	33,4	18,5	73,8	69,1	20,9	227,3	50,6
Ministério de Minas e Energia	3,7	4,7	5,3	6,5	3,5	1,8	2,3	1,8	5,6	6,7	9,4	7,4	9,1
Ministério da Previdência Social	2,8	10,7	12,1	5,9	8,3	6,6	11,0	6,0	12,6	13,1	15,1	17,0	9,8
Ministério Público da União	19,1	27,9	16,2	18,2	33,7	41,6	14,0	11,7	3,9	10,9	6,9	8,9	13,6
Ministério das Relações Exteriores	3,1	2,9	4,4	4,3	5,1	4,3	2,1	2,3	180,9	6,9	193,5	0,8	2,4
Ministério da Saúde	128,3	317,5	609,7	240,0	338,3	291,0	122,8	194,9	163,6	275,6	212,0	196,8	446,8
Ministério do Trabalho e Emprego	1,3	4,0	2,1	3,8	1,6	2,9	1,1	1,6	453,4	2,8	398,6	1,5	9,9
Ministério dos Transportes	430,0	577,6	660,1	752,5	702,3	764,8	1.157,8	602,3	1.332,2	999,5	608,7	959,8	455,3
Ministério das Comunicações	1,8	2,8	4,7	7,9	2,1	11,2	2,0	4,9	5,8	1,4	4,7	59,2	10,9
Ministério da Cultura	2,8	9,7	8,9	12,8	9,7	17,9	15,8	9,3	21,4	26,9	15,5	4,5	13,1
Ministério do Meio Ambiente	4,0	4,4	5,7	5,9	4,5	5,1	1,4	1,2	34,6	1,5	30,8	8,0	3,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	13,3	32,3	68,3	113,8	253,6	118,7	63,4	68,9	54,6	82,1	110,3	44,7	36,0
Ministério do Esporte	11,1	7,4	10,8	20,9	16,7	45,5	10,4	18,0	587,4	7,7	29,3	83,5	35,0
Ministério da Defesa	220,4	857,7	440,3	431,1	602,8	734,6	622,2	484,7	1.071,6	621,7	840,9	807,9	388,8
Ministério da Integração Nacional	81,8	385,8	227,8	232,9	166,8	674,1	137,8	175,9	252,8	232,9	399,8	246,6	159,0
Ministério do Turismo	12,2	82,4	89,2	73,0	49,9	152,7	58,0	76,3	21,5	27,7	-60,7	78,0	21,7
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	9,3	50,4	26,6	9,2	124,3	93,4	116,7	249,7	173,1	48,0	682,1	218,4	4,4
Ministério das Cidades	251,5	2.744,8	1.659,9	1.470,6	2.185,8	390,9	545,5	141,5	153,5	379,3	110,0	4.644,2	245,9
Ministério da Pesca e Agricultura	6,4	19,2	3,8	7,3	3,5	4,4	0,5	1,1	0,8	0,3	1,8	1,2	1,7
Conselho Nacional do Ministério Público	0,0	0,2	2,4	0,6	0,5	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,4

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde à despesa paga dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012. Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último

2/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 2.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional<sup>1/</sup> - Brasil - Mensal - 1997 a 2013

R\$ Milhões

Discriminação	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>1. RECEITAS</b>	<b>94.587,0</b>	<b>85.124,0</b>	<b>96.198,9</b>	<b>94.913,6</b>	<b>82.604,0</b>	<b>83.347,1</b>	<b>91.239,0</b>	<b>82.997,3</b>	<b>87.158,1</b>	<b>96.712,1</b>	<b>150.444,0</b>	<b>88.318,8</b>	<b>102.351,5</b>
1.1. Recolhimento Bruto	72.460,9	59.683,1	71.213,9	69.845,9	58.103,6	57.173,9	64.588,9	58.160,2	61.378,3	70.900,7	108.288,4	61.791,4	76.961,5
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	-1,0	0,0	0,0	-5,8	0,0	0,0	-5,4	0,0
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.717,0	1.667,1	1.774,1	1.629,6	1.188,7	2.213,7	1.691,5	1.144,9	1.850,9	1.652,4	1.553,6	1.758,2	1.623,1
1.4. Receita das Operações de Crédito	178,1	179,1	150,5	148,4	151,3	289,1	957,6	424,3	172,7	145,1	316,8	526,3	150,3
1.5. Receita do Salário Educação	1.272,2	1.239,6	1.230,4	1.253,9	1.285,5	1.276,0	1.311,0	1.325,1	1.312,2	1.349,3	1.366,3	2.378,9	1.442,2
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	18.958,8	22.386,9	21.935,4	22.035,7	21.874,9	22.395,5	22.690,1	21.942,7	22.449,9	22.664,5	38.919,0	21.869,5	22.174,6
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>2. DESPESAS</b>	<b>91.111,1</b>	<b>91.700,3</b>	<b>87.177,7</b>	<b>97.424,3</b>	<b>89.849,4</b>	<b>112.236,1</b>	<b>99.548,0</b>	<b>91.074,4</b>	<b>84.929,9</b>	<b>112.988,5</b>	<b>124.102,0</b>	<b>89.665,2</b>	<b>113.614,0</b>
<b>2.1. Liberações Vinculadas</b>	<b>22.791,2</b>	<b>15.871,3</b>	<b>19.515,3</b>	<b>21.740,9</b>	<b>17.879,0</b>	<b>15.240,6</b>	<b>19.522,0</b>	<b>14.796,2</b>	<b>17.150,5</b>	<b>24.239,3</b>	<b>25.116,4</b>	<b>19.727,2</b>	<b>26.576,9</b>
Transferências a Fundos Constitucionais	14.732,6	10.085,4	12.644,1	14.146,3	12.087,8	9.093,6	10.035,2	8.831,2	9.339,1	12.500,4	17.012,9	13.113,1	17.392,3
Demais transferências a Estados e Municípios	4.221,1	2.051,9	2.164,5	4.024,5	1.946,8	2.287,6	3.911,0	1.930,5	2.348,9	3.806,4	2.159,4	2.146,3	4.890,5
Transferência da Lei Complementar 87	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	0,0	0,0
Outras Vinculações	3.675,0	3.571,5	4.544,3	3.407,6	3.681,8	3.696,9	5.413,2	3.872,0	5.300,0	5.820,0	5.781,6	4.467,8	4.294,1
<b>2.2. Liberações Ordinárias</b>	<b>68.320,0</b>	<b>75.829,0</b>	<b>67.662,4</b>	<b>75.683,4</b>	<b>71.970,4</b>	<b>96.995,5</b>	<b>80.026,0</b>	<b>76.278,2</b>	<b>67.779,3</b>	<b>88.749,2</b>	<b>98.985,6</b>	<b>69.938,0</b>	<b>87.037,1</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.116,3	15.066,5	17.921,1	16.345,2	19.511,7	15.592,8	15.605,0	15.500,3	15.608,3	22.941,7	18.246,2	17.163,9	16.536,3
Encargos da Dívida Contratual	99,6	112,9	1.096,9	123,5	170,3	1.092,9	484,3	1.278,7	476,4	230,8	461,3	1.080,4	73,4
Dívida Contratual Interna	92,5	94,6	96,8	88,9	88,0	91,2	83,5	74,2	76,4	74,1	77,2	72,8	70,7
Dívida Contratual Externa	7,1	18,3	1.000,0	34,6	82,3	1.001,7	400,8	1.204,4	400,0	156,8	384,1	1.007,6	2,7
Encargos da DPMF - Mercado	8.110,0	5.142,1	2.450,7	7.400,5	50,0	23.584,9	10.700,0	4.853,9	734,8	5.713,3	5.000,3	7.034,4	11.009,1
Benefícios Previdenciários	24.174,5	28.951,3	21.557,0	24.177,3	24.226,6	30.585,0	25.708,9	28.370,8	24.904,3	32.893,0	33.998,5	21.054,7	33.332,6
Custeio e Investimento	20.678,3	26.157,8	23.444,7	27.239,3	27.654,7	25.702,4	27.215,7	26.072,9	25.544,4	26.725,4	41.118,3	22.523,0	25.646,8
Operações Oficiais de Crédito	141,3	398,5	1.192,1	397,7	357,0	437,6	312,2	201,7	511,1	244,9	161,1	1.081,6	438,9
Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)</b>	<b>3.475,8</b>	<b>-6.576,3</b>	<b>9.021,2</b>	<b>-2.510,8</b>	<b>-7.245,4</b>	<b>-28.889,0</b>	<b>-8.309,0</b>	<b>-8.077,1</b>	<b>2.228,2</b>	<b>-16.276,4</b>	<b>26.342,0</b>	<b>-1.346,4</b>	<b>-11.262,5</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>4. RECEITAS</b>	<b>77.693,0</b>	<b>28.755,6</b>	<b>34.170,8</b>	<b>29.070,2</b>	<b>24.091,3</b>	<b>35.092,9</b>	<b>26.420,6</b>	<b>36.683,7</b>	<b>28.624,5</b>	<b>24.552,8</b>	<b>29.742,7</b>	<b>25.204,3</b>	<b>24.626,3</b>
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	74.995,9	26.951,0	32.250,5	27.554,6	22.598,1	32.985,4	24.756,2	34.286,2	25.978,9	22.923,4	26.269,3	23.489,4	22.158,5
4.2. Outras Operações de Crédito	2.697,1	1.804,6	1.920,3	1.515,6	1.493,3	2.107,5	1.664,4	2.397,6	2.645,5	1.629,4	3.473,4	1.714,9	2.467,8
<b>5. DESPESAS</b>	<b>600,8</b>	<b>23.853,3</b>	<b>25.800,2</b>	<b>1.099,1</b>	<b>1.357,9</b>	<b>112.347,9</b>	<b>40.423,9</b>	<b>22.021,4</b>	<b>23.382,1</b>	<b>15.391,6</b>	<b>15.164,7</b>	<b>110.439,2</b>	<b>824,9</b>
5.1. Amortização da Dívida Interna	584,2	23.812,2	23.000,0	1.040,4	1.086,0	111.845,6	40.423,7	21.011,5	22.882,1	15.332,8	14.611,4	110.422,2	819,7
Resgate de Títulos - Mercado	350,1	23.577,1	22.760,5	805,3	850,0	111.551,2	40.189,5	20.780,0	22.649,9	15.108,5	14.398,3	110.193,2	595,5
Dívida Contratual	234,1	235,1	239,5	235,2	236,0	294,4	234,2	231,5	232,2	224,3	213,0	229,1	224,2
5.2. Amortização da Dívida Externa	16,6	41,1	2.800,2	58,6	271,9	502,3	0,2	1.010,0	500,0	58,8	553,3	17,0	5,2
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)</b>	<b>74.645,8</b>	<b>3.373,9</b>	<b>9.490,0</b>	<b>26.749,3</b>	<b>21.748,1</b>	<b>-78.565,8</b>	<b>-15.433,4</b>	<b>13.506,2</b>	<b>3.329,0</b>	<b>7.814,9</b>	<b>11.870,9</b>	<b>-86.703,7</b>	<b>21.563,0</b>
<b>7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>12.058,1</b>	<b>52.629,9</b>	<b>32.789,7</b>	<b>1.730,8</b>	<b>5.299,7</b>	<b>-19.048,7</b>	<b>14.410,1</b>	<b>49.686,2</b>	<b>-7.002,2</b>	<b>19.809,4</b>	<b>16.252,2</b>	<b>-19.105,9</b>	<b>-537,6</b>
<b>8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)</b>	<b>92.626,2</b>	<b>50.955,9</b>	<b>50.181,4</b>	<b>27.191,2</b>	<b>20.787,7</b>	<b>-125.192,7</b>	<b>-7.902,2</b>	<b>56.271,5</b>	<b>468,3</b>	<b>12.694,2</b>	<b>57.172,2</b>	<b>-105.687,2</b>	<b>12.001,3</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 2.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional <sup>1/</sup> - Brasil - Anual - 1997 a 2012

R\$ Milhões

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
<b>FLUXO FISCAL</b>								
<b>1. RECEITAS</b>	<b>737.402,8</b>	<b>22,8%</b>	<b>853.142,4</b>	<b>22,6%</b>	<b>1.004.106,4</b>	<b>24,2%</b>	<b>1.123.911,2</b>	<b>25,5%</b>
1.1. Recolhimento Bruto	520.704,0	16,07%	603.384,5	16,00%	715.740,3	17,28%	806.456,5	18,32%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-54,8	0,00%	-107,0	0,00%	-273,9	-0,01%	-144,1	0,00%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	19.687,6	0,61%	20.281,7	0,54%	22.857,0	0,55%	19.787,8	0,45%
1.4. Receita das Operações de Crédito	2.888,1	0,09%	2.503,3	0,07%	2.789,5	0,07%	3.457,9	0,08%
1.5. Receita do Salário Educação	10.666,0	0,33%	12.264,2	0,33%	14.383,9	0,35%	16.374,9	0,37%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	183.512,1	5,66%	214.815,7	5,70%	248.609,6	6,00%	277.978,2	6,31%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
<b>2. DESPESAS</b>	<b>797.371,9</b>	<b>24,61%</b>	<b>906.934,8</b>	<b>24,06%</b>	<b>1.059.959,7</b>	<b>25,58%</b>	<b>1.167.029,1</b>	<b>26,51%</b>
<b>2.1. Liberações Vinculadas</b>	<b>156.438,3</b>	<b>4,83%</b>	<b>176.276,7</b>	<b>4,68%</b>	<b>213.202,6</b>	<b>5,15%</b>	<b>233.200,6</b>	<b>5,30%</b>
Transferências a Fundos Constitucionais	103.875,6	3,21%	112.550,9	2,99%	138.556,1	3,34%	142.556,8	3,24%
Demais transferências a Estados e Municípios	19.227,0	0,59%	24.289,8	0,64%	28.986,3	0,70%	33.254,4	0,76%
Transferência da Lei Complementar 87	3.900,0	0,12%	3.900,0	0,10%	3.900,0	0,09%	3.900,0	0,09%
Outras Vinculações	29.435,7	0,91%	35.536,0	0,94%	41.760,2	1,01%	53.489,4	1,21%
<b>2.2. Liberações Ordinárias</b>	<b>640.933,5</b>	<b>19,79%</b>	<b>730.658,2</b>	<b>19,38%</b>	<b>846.757,1</b>	<b>20,44%</b>	<b>933.828,5</b>	<b>21,21%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	165.997,9	5,12%	182.251,4	4,83%	196.833,6	4,75%	204.828,0	4,65%
Encargos da Dívida Contratual	13.325,0	0,41%	18.192,7	0,48%	8.297,7	0,20%	7.199,1	0,16%
Dívida Contratual Interna	1.172,2	0,04%	1.160,5	0,03%	1.759,1	0,04%	1.003,9	0,02%
Dívida Contratual Externa	12.152,8	0,38%	17.032,2	0,45%	6.538,6	0,16%	6.195,2	0,14%
Encargos da DPMF - Mercado	82.652,8	2,55%	79.104,9	2,10%	81.880,8	1,98%	76.281,5	1,73%
Benefícios Previdenciários	221.983,0	6,85%	253.475,0	6,72%	286.595,4	6,92%	322.863,3	7,33%
Custeio e Investimento	152.860,9	4,72%	193.961,6	5,14%	266.968,3	6,44%	315.745,7	7,17%
Operações Oficiais de Crédito	4.113,9	0,13%	3.672,6	0,10%	6.181,4	0,15%	6.910,8	0,16%
Restos a Pagar	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
<b>3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)</b>	<b>-59.969,0</b>	<b>-1,85%</b>	<b>-53.792,4</b>	<b>-1,43%</b>	<b>-55.853,3</b>	<b>-1,35%</b>	<b>-43.118,0</b>	<b>-0,98%</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>								
<b>4. RECEITAS</b>	<b>407.452,9</b>	<b>12,58%</b>	<b>458.079,3</b>	<b>12,15%</b>	<b>396.071,5</b>	<b>9,56%</b>	<b>457.274,5</b>	<b>10,39%</b>
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	392.538,6	12,12%	442.040,9	11,72%	376.989,9	9,10%	431.999,0	9,81%
4.2. Outras Operações de Crédito	14.914,3	0,46%	16.038,4	0,43%	19.081,6	0,46%	25.275,5	0,57%
<b>5. DESPESAS</b>	<b>320.025,7</b>	<b>9,88%</b>	<b>368.522,5</b>	<b>9,77%</b>	<b>376.594,4</b>	<b>9,09%</b>	<b>391.763,3</b>	<b>8,90%</b>
5.1. Amortização da Dívida Interna	305.624,6	9,43%	346.508,3	9,19%	364.298,2	8,79%	384.737,0	8,74%
Resgate de Títulos - Mercado	303.358,4	9,36%	344.198,1	9,13%	361.331,7	8,72%	381.959,5	8,68%
Dívida Contratual	2.266,2	0,07%	2.310,2	0,06%	2.966,5	0,07%	2.777,5	0,06%
5.2. Amortização da Dívida Externa	14.401,1	0,44%	22.014,2	0,58%	12.296,2	0,30%	7.026,2	0,16%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
<b>6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)</b>	<b>89.180,2</b>	<b>2,75%</b>	<b>97.842,8</b>	<b>2,60%</b>	<b>15.658,2</b>	<b>0,38%</b>	<b>50.039,5</b>	<b>1,14%</b>
<b>7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>13.033,8</b>	<b>0,40%</b>	<b>-15.916,5</b>	<b>-0,42%</b>	<b>25.143,3</b>	<b>0,61%</b>	<b>161.710,5</b>	<b>3,67%</b>
<b>8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)</b>	<b>40.492,0</b>	<b>1,25%</b>	<b>19.847,8</b>	<b>0,53%</b>	<b>-11.232,8</b>	<b>-0,27%</b>	<b>184.103,8</b>	<b>4,18%</b>
<i>Memo:</i>								
<i>PIB Nominal</i> <sup>2/</sup>	3.239.404,0		3.770.084,9		4.143.013,3		4.402.537,1	

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

2/ Fonte: Banco Central

**Tabela 3.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central<sup>1/</sup> - Brasil - Mensal - 1997 a 2013**

R\$ Milhões

Discriminação	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>18.058,1</b>	<b>107.629,9</b>	<b>32.789,7</b>	<b>5.059,6</b>	<b>5.299,7</b>	<b>18.941,7</b>	<b>34.267,9</b>	<b>49.686,2</b>	<b>4.462,1</b>	<b>23.220,4</b>	<b>16.252,2</b>	<b>4.894,1</b>	<b>5.462,4</b>
Emissão de Títulos	14.182,6	0,0	28.447,5	0,0	0,0	15.061,1	30.073,0	0,0	0,0	18.345,4	10.997,4	0,0	0,0
Remuneração das Disponibilidades	3.530,9	3.863,0	4.067,5	4.835,9	5.076,8	3.706,8	4.057,6	4.277,4	4.327,2	4.674,8	5.137,9	4.327,0	4.933,9
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	344,6	282,8	274,6	223,7	223,0	173,9	137,3	125,7	134,9	200,2	116,8	567,0	528,5
Resultado do Banco Central	0,0	103.484,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	45.283,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>6.000,0</b>	<b>55.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3.328,8</b>	<b>0,0</b>	<b>37.990,4</b>	<b>19.857,8</b>	<b>0,0</b>	<b>11.464,4</b>	<b>3.411,0</b>	<b>0,0</b>	<b>24.000,0</b>	<b>6.000,0</b>
Resgate de Títulos	0,0	43.965,8	0,0	0,0	0,0	28.816,1	15.694,1	0,0	10.964,4	0,0	0,0	21.000,0	0,0
Encargos da DPMF	6.000,0	11.034,2	0,0	3.328,8	0,0	9.174,3	4.163,6	0,0	500,0	3.411,0	0,0	3.000,0	6.000,0
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	<b>12.058,1</b>	<b>52.629,9</b>	<b>32.789,7</b>	<b>1.730,8</b>	<b>5.299,7</b>	<b>-19.048,7</b>	<b>14.410,1</b>	<b>49.686,2</b>	<b>-7.002,2</b>	<b>19.809,4</b>	<b>16.252,2</b>	<b>-19.105,9</b>	<b>-537,6</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

**Tabela 3.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central<sup>1/</sup> - Brasil - Anual - 1997 a 2012**

R\$ Milhões e % PIB

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>138.606,2</b>	<b>4,28%</b>	<b>105.738,8</b>	<b>2,80%</b>	<b>249.665,9</b>	<b>6,03%</b>	<b>319.762,8</b>	<b>7,26%</b>
Emissão de Títulos	104.030,2	3,21%	56.861,0	1,51%	186.277,0	4,50%	117.106,9	2,66%
Remuneração das Disponibilidades	32.683,5	1,01%	36.061,2	0,96%	43.543,7	1,05%	51.273,9	1,16%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.892,5	0,06%	1.810,3	0,05%	2.361,7	0,06%	2.614,7	0,06%
Resultado do Banco Central	0,0	0,00%	11.006,3	0,29%	17.483,5	0,42%	148.767,3	3,38%
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>125.572,3</b>	<b>3,88%</b>	<b>121.655,4</b>	<b>3,23%</b>	<b>224.522,6</b>	<b>5,42%</b>	<b>158.052,3</b>	<b>3,59%</b>
Resgate de Títulos	99.097,1	3,06%	91.224,0	2,42%	185.637,1	4,48%	117.440,4	2,67%
Encargos da DPMF	26.475,3	0,82%	30.431,4	0,81%	38.885,5	0,94%	40.611,9	0,92%
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	<b>13.033,8</b>	<b>0,40%</b>	<b>-15.916,5</b>	<b>-0,42%</b>	<b>25.143,3</b>	<b>0,61%</b>	<b>161.710,5</b>	<b>3,67%</b>
<i>Memo:</i>								
<i>PIB Nominal<sup>2/</sup></i>	3.239.404,0	-	3.770.084,9	-	4.143.013,3	-	4.402.537,1	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

2/ Fonte: Banco Central

Tabela 4.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal - 2006 a 2013

R\$ Milhões

Discriminação	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
<b>1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>963.513,9</b>	<b>862.173,6</b>	<b>856.118,4</b>	<b>860.427,9</b>	<b>867.181,7</b>	<b>869.217,4</b>	<b>876.509,8</b>	<b>838.565,6</b>	<b>835.734,4</b>	<b>853.193,0</b>	<b>833.396,0</b>	<b>823.896,7</b>	<b>844.457,6</b>
Dívida Interna	2.593.004,3	2.561.689,5	2.614.426,8	2.658.505,4	2.715.519,3	2.606.887,5	2.615.264,7	2.660.286,3	2.694.934,9	2.734.496,6	2.796.180,0	2.700.221,8	2.728.214,4
<i>DPMFI em Poder do Públco</i> <sup>1/</sup>	<b>1.760.186,6</b>	<b>1.775.901,2</b>	<b>1.794.708,1</b>	<b>1.833.120,3</b>	<b>1.881.652,0</b>	<b>1.788.400,6</b>	<b>1.778.876,8</b>	<b>1.816.025,9</b>	<b>1.854.566,3</b>	<b>1.872.226,8</b>	<b>1.916.709,3</b>	<b>1.837.767,8</b>	<b>1.864.096,5</b>
LFT	497.750,4	475.496,3	477.900,2	482.171,0	447.403,9	448.270,3	449.051,3	422.430,3	434.770,8	422.373,6	424.948,6	430.029,4	437.495,9
LTN	470.872,9	491.030,2	489.538,8	512.075,8	541.623,5	443.439,5	464.647,6	500.370,6	506.596,3	526.776,4	552.029,9	512.927,1	525.353,7
NTN-B	503.107,9	514.458,6	527.459,5	532.333,2	570.305,0	580.640,7	546.043,8	568.033,5	580.093,7	585.279,5	602.139,2	616.415,9	615.994,4
NTN-C	61.103,1	61.848,2	62.153,7	63.311,0	64.210,6	63.517,2	64.984,1	66.082,5	65.858,3	66.186,4	65.885,7	64.340,7	64.966,6
NTN-F	193.041,5	198.190,5	202.377,7	207.175,2	222.046,9	216.224,4	219.737,8	224.597,3	233.006,3	236.927,6	237.273,9	179.965,6	186.027,6
Dívida Securitizada	9.562,5	9.642,7	9.601,9	9.561,9	9.517,7	9.482,4	8.364,5	8.327,0	8.285,5	8.257,7	8.217,3	8.100,9	8.059,1
Demais Títulos em Poder do Públco	24.748,3	25.234,7	25.676,3	26.492,1	26.544,4	26.826,2	26.047,7	26.184,7	25.955,2	26.425,7	26.214,6	25.988,3	26.199,1
<i>DPMFI em Poder do Banco Central</i>	<b>854.291,8</b>	<b>807.570,3</b>	<b>842.898,3</b>	<b>848.794,9</b>	<b>857.658,0</b>	<b>841.195,2</b>	<b>858.527,0</b>	<b>866.506,9</b>	<b>863.581,2</b>	<b>886.369,9</b>	<b>906.627,0</b>	<b>893.194,4</b>	<b>895.380,5</b>
LFT	230.695,2	177.356,1	178.618,0	219.718,9	221.994,2	182.331,6	239.375,8	184.634,5	185.762,4	186.727,0	187.753,5	189.049,1	189.979,9
LTN	200.206,1	202.302,8	217.440,3	179.947,4	181.101,0	207.473,4	183.592,1	241.574,1	232.236,8	249.433,7	262.537,9	264.842,2	266.707,2
Demais Títulos na Carteira do BCB	423.390,5	427.911,3	446.840,1	449.128,7	454.562,8	451.390,2	435.559,1	440.298,3	445.582,1	450.209,3	456.335,6	439.303,1	438.693,4
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	<b>-30.625,1</b>	<b>-30.650,7</b>	<b>-31.726,1</b>	<b>-31.637,1</b>	<b>-31.672,1</b>	<b>-30.189,9</b>	<b>-29.260,6</b>	<b>-29.044,0</b>	<b>-29.619,9</b>	<b>-30.229,9</b>	<b>-32.986,2</b>	<b>-36.251,0</b>	<b>-36.492,3</b>
<i>Demais Obrigações Internas</i>	<b>9.151,1</b>	<b>8.868,8</b>	<b>8.546,4</b>	<b>8.227,3</b>	<b>7.881,4</b>	<b>7.481,6</b>	<b>7.121,5</b>	<b>6.797,5</b>	<b>6.407,3</b>	<b>6.129,8</b>	<b>5.829,9</b>	<b>5.510,6</b>	<b>5.229,7</b>
Haveres Internos	1.629.490,4	1.699.515,9	1.758.308,4	1.798.077,5	1.848.337,5	1.737.670,1	1.738.754,9	1.821.720,7	1.859.200,5	1.881.303,6	1.962.784,0	1.876.325,1	1.883.756,7
<i>Disponibilidades Internas</i>	<b>433.980,2</b>	<b>496.530,6</b>	<b>547.899,2</b>	<b>573.373,9</b>	<b>603.820,7</b>	<b>489.040,0</b>	<b>477.877,0</b>	<b>535.244,0</b>	<b>545.108,6</b>	<b>562.277,4</b>	<b>621.762,4</b>	<b>536.856,4</b>	<b>540.731,4</b>
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	<b>484.254,8</b>	<b>483.994,7</b>	<b>485.791,2</b>	<b>490.313,8</b>	<b>494.630,8</b>	<b>496.197,7</b>	<b>502.778,4</b>	<b>508.093,3</b>	<b>510.675,4</b>	<b>508.851,0</b>	<b>507.573,9</b>	<b>509.619,4</b>	<b>509.450,6</b>
Bônus Renegociados	4.787,9	4.944,9	4.836,1	5.184,0	5.216,4	5.241,5	5.244,2	5.194,5	5.042,6	5.223,0	5.073,7	4.932,0	4.894,2
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.802,5	1.780,9	1.756,9	1.734,0	1.707,0	1.685,8	1.665,1	1.644,6	1.625,3	1.604,3	1.583,3	1.562,9	1.540,2
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.907,1	11.879,8	11.910,4	11.995,3	12.067,4	12.113,1	12.259,0	12.378,1	12.447,6	12.407,9	12.398,9	12.440,2	12.438,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	26.046,2	25.561,1	25.085,5	24.643,4	24.193,8	23.527,3	23.088,1	22.708,1	22.219,4	21.782,6	21.309,1	20.854,0	20.462,9
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	370.187,7	370.239,3	372.111,1	375.837,7	379.556,4	381.458,4	387.143,1	391.575,5	394.320,6	392.974,6	392.536,7	394.795,0	395.863,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	59.570,4	59.725,0	60.174,5	60.900,1	61.815,0	62.108,2	63.214,6	64.411,7	64.792,2	64.703,5	64.962,0	65.496,3	65.840,2
Antecipação de Royalties	7.661,5	7.574,1	7.608,2	7.673,5	7.700,7	7.688,4	7.763,3	7.793,4	7.825,0	7.745,8	7.745,0	7.571,1	6.443,2
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.291,5	2.289,5	2.308,5	2.345,9	2.374,1	2.374,9	2.401,0	2.387,4	2.402,6	2.409,4	1.965,3	1.967,8	1.968,0
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	<b>266.435,3</b>	<b>269.691,2</b>	<b>272.968,5</b>	<b>277.214,4</b>	<b>281.170,4</b>	<b>281.041,4</b>	<b>285.571,0</b>	<b>287.967,9</b>	<b>291.424,0</b>	<b>294.574,2</b>	<b>300.267,6</b>	<b>298.388,5</b>	<b>301.639,4</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	157.790,6	159.905,6	161.604,5	163.729,8	165.407,9	162.886,4	165.091,9	166.859,5	168.489,3	169.512,5	171.664,8	169.181,8	170.342,8
Fundos Constitucionais Regionais	67.763,5	68.477,8	69.254,6	70.148,2	70.770,8	71.391,8	72.063,8	72.624,6	73.133,7	73.873,9	74.722,2	75.506,8	76.557,1
Fundos Diversos	40.881,2	41.307,8	42.109,4	43.336,4	44.991,7	46.763,2	48.415,3	48.483,9	49.800,9	51.185,1	53.880,6	53.699,9	54.739,5
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	<b>444.820,1</b>	<b>449.299,4</b>	<b>451.649,4</b>	<b>457.175,4</b>	<b>468.715,7</b>	<b>471.391,0</b>	<b>472.528,6</b>	<b>490.415,3</b>	<b>511.992,5</b>	<b>515.601,0</b>	<b>533.180,1</b>	<b>531.460,8</b>	<b>531.935,3</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.724,1	5.726,4	5.729,2	5.733,1	5.736,7	5.740,0	5.745,0	5.749,6	5.752,7	5.755,1	5.757,9	5.761,7	5.764,8
Haveres de Operações Estruturadas	58.810,2	60.174,4	60.834,7	62.276,3	62.610,5	62.879,4	63.276,9	63.482,7	64.045,6	65.005,9	67.135,4	66.580,5	66.517,7
Haveres Originários de Privatizações	8.179,0	8.171,7	8.165,7	8.158,5	8.151,7	8.526,2	8.580,4	8.633,5	8.698,9	8.766,4	9.076,4	8.917,8	9.005,5
Haveres de Legislação Específica	344.741,2	347.408,9	348.774,8	352.299,0	363.161,3	364.882,5	365.537,5	386.478,3	407.452,9	409.920,4	425.419,3	424.890,2	425.533,3
Demais Haveres Administrados pela STN	27.365,6	27.818,0	28.145,0	28.708,4	29.055,5	29.362,9	29.388,7	26.071,2	26.042,5	26.153,3	25.791,1	25.310,5	25.114,0
<b>2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>75.481,7</b>	<b>79.636,0</b>	<b>85.263,5</b>	<b>88.322,5</b>	<b>88.450,0</b>	<b>87.763,4</b>	<b>87.831,0</b>	<b>88.394,1</b>	<b>88.745,5</b>	<b>92.499,5</b>	<b>90.853,6</b>	<b>87.665,4</b>	<b>87.065,1</b>
<i>Dívida Externa</i>	<b>75.851,2</b>	<b>80.032,6</b>	<b>85.733,2</b>	<b>88.906,6</b>	<b>89.049,6</b>	<b>88.411,8</b>	<b>88.427,9</b>	<b>88.930,9</b>	<b>89.278,4</b>	<b>92.990,5</b>	<b>91.275,7</b>	<b>88.037,4</b>	<b>87.487,0</b>
<i>Dívida Mobiliária</i>	<b>65.437,6</b>	<b>69.010,3</b>	<b>74.501,0</b>	<b>76.761,6</b>	<b>77.193,2</b>	<b>76.212,9</b>	<b>76.126,6</b>	<b>76.603,0</b>	<b>76.846,4</b>	<b>79.819,1</b>	<b>78.194,6</b>	<b>75.038,5</b>	<b>74.664,5</b>
Euro	3.927,0	4.202,2	4.356,6	4.382,8	4.414,8	4.382,0	4.478,1	2.223,3	2.258,8	2.350,4	2.328,3	2.346,9	2.165,4
Global US\$	49.807,8	53.022,9	55.118,3	58.612,1	58.894,0	58.442,0	58.145,9	60.796,6	60.888,3	63.649,8	61.931,3	59.339,5	59.032,5
Global BRL	11.594,0	11.700,4	14.937,6	13.671,6	13.788,9	13.291,4	13.405,2	13.520,1	13.635,9	13.752,7	13.870,6	13.289,2	13.403,8
Demais Títulos Externos	108,8	84,9	88,5	95,1	95,6	97,4	97,3	63,0	63,4	66,1	64,4	63,0	62,9
<i>Dívida Contratual</i>	<b>10.413,6</b>	<b>11.022,2</b>	<b>11.232,2</b>	<b>12.145,0</b>	<b>11.856,5</b>	<b>12.199,0</b>	<b>12.301,3</b>	<b>12.327,9</b>	<b>12.432,0</b>	<b>13.171,4</b>	<b>13.081,1</b>	<b>12.998,9</b>	<b>12.822,5</b>
Organismos Multilaterais	6.302,1	6.638,6	6.810,1	7.291,1	7.217,6	7.352,7	7.376,5	7.309,0	7.306,0	7.558,7	7.380,9	7.173,3	7.164,6
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.111,6	4.383,6	4.422,0	4.853,9	4.638,8	4.846,2	4.924,8	5.018,9	5.126,0	5.612,7	5.700,2	5.825,6	5.657,9
<i>Haveres Externos</i>	<b>369,5</b>	<b>396,6</b>	<b>467,9</b>	<b>584,2</b>	<b>599,7</b>	<b>648,4</b>	<b>596,8</b>	<b>536,8</b>	<b>532,9</b>	<b>491,0</b>	<b>422,2</b>	<b>372,0</b>	<b>421,9</b>
<b>10. JUROS NOMINAIS<sup>12/</sup></b>	<b>369,5</b>	<b>396,6</b>	<b>467,9</b>	<b>584,2</b>	<b>599,7</b>	<b>648,4</b>	<b>596,8</b>	<b>536,8</b>	<b>532,9</b>	<b>491,0</b>	<b>422,2</b>	<b>372,0</b>	<b>421,9</b>
<b>3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)</b>	<b>1.038.995,6</b>	<b>941.809,6</b>	<b>941.383,7</b>	<b>948.750,4</b>	<b>955.631,7</b>	<b>956.980,8</b>	<b>964.340,8</b>	<b>926.959,8</b>	<b>924.479,9</b>	<b>945.692,5</b>	<b>924.249,6</b>	<b>911.562,1</b>	<b>931.522,7</b>
<b>4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2/</sup></b>	24,8%	22,3%	22,2%	22,3%	22,4%	22,3%	22,4%	21,4%	21,3%	21,6%	21,0%	20,6%	

Tabela 5.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Anual - 1997 a 2012

R\$ Milhões e % do PIB

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>739.304,5</b>	<b>22,8%</b>	<b>919.773,3</b>	<b>24,4%</b>	<b>990.406,1</b>	<b>23,9%</b>	<b>1.062.206,3</b>	<b>24,1%</b>
<b>Receitas do Tesouro Nacional</b>	<b>555.053,8</b>	<b>17,1%</b>	<b>705.297,4</b>	<b>18,7%</b>	<b>741.296,7</b>	<b>17,9%</b>	<b>783.439,3</b>	<b>17,8%</b>
Receita Bruta	569.846,0	17,6%	719.530,9	19,1%	757.428,7	18,3%	802.830,6	18,2%
Impostos	258.170,3	8,0%	296.455,4	7,9%	355.892,6	8,6%	372.665,7	8,5%
Contribuições	212.514,0	6,6%	249.829,5	6,6%	285.659,5	6,9%	304.504,9	6,9%
Demais <sup>2/</sup>	99.161,7	3,1%	173.246,1	4,6%	115.876,7	2,8%	125.660,0	2,9%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-	-	74.807,6	2,0%	-	-	0,0	-
(-) Restituições	-14.737,4	-0,5%	-14.134,9	-0,4%	-15.858,2	-0,4%	-19.249,1	-0,4%
(-) Incentivos Fiscais	-54,8	0,0%	-98,6	0,0%	-273,9	0,0%	-142,2	0,0%
<b>Receitas da Previdência Social</b>	<b>182.008,4</b>	<b>5,6%</b>	<b>211.968,4</b>	<b>5,6%</b>	<b>245.891,9</b>	<b>5,9%</b>	<b>275.764,7</b>	<b>6,3%</b>
Receitas da Previdência Social - Urbano <sup>3/</sup>	177.444,3	5,5%	207.154,0	5,5%	240.535,9	5,8%	270.001,6	6,1%
Receitas da Previdência Social - Rural <sup>3/</sup>	4.564,1	0,1%	4.814,4	0,1%	5.356,0	0,1%	5.763,1	0,1%
<b>Receitas do Banco Central</b>	<b>2.242,2</b>	<b>0,1%</b>	<b>2.507,5</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.217,4</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.002,3</b>	<b>0,1%</b>
<b>2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>127.683,8</b>	<b>3,9%</b>	<b>140.678,3</b>	<b>3,7%</b>	<b>172.483,3</b>	<b>4,2%</b>	<b>181.376,8</b>	<b>4,1%</b>
<b>Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)</b>	<b>97.560,6</b>	<b>3,0%</b>	<b>105.744,4</b>	<b>2,8%</b>	<b>130.171,8</b>	<b>3,1%</b>	<b>133.911,8</b>	<b>3,0%</b>
<b>Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>4/</sup></b>	<b>3.900,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.900,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.900,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.900,0</b>	<b>0,1%</b>
<b>Transferências da Cide - Combustíveis</b>	<b>962,4</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.775,7</b>	<b>0,0%</b>	<b>2.109,7</b>	<b>0,1%</b>	<b>1.117,9</b>	<b>0,0%</b>
<b>Demais Transferências</b>	<b>25.260,8</b>	<b>0,8%</b>	<b>29.258,2</b>	<b>0,8%</b>	<b>36.301,8</b>	<b>0,9%</b>	<b>42.447,1</b>	<b>1,0%</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)</b>	<b>611.620,7</b>	<b>18,9%</b>	<b>779.095,0</b>	<b>20,7%</b>	<b>817.922,8</b>	<b>19,7%</b>	<b>880.829,5</b>	<b>20,0%</b>
<b>4. DESPESA TOTAL</b>	<b>572.184,3</b>	<b>17,7%</b>	<b>700.322,1</b>	<b>18,6%</b>	<b>724.398,2</b>	<b>17,5%</b>	<b>804.700,8</b>	<b>18,3%</b>
<b>Despesas do Tesouro Nacional</b>	<b>344.436,1</b>	<b>10,6%</b>	<b>442.436,2</b>	<b>11,7%</b>	<b>439.191,0</b>	<b>10,6%</b>	<b>484.356,5</b>	<b>11,0%</b>
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2/</sup>	151.652,8	4,7%	166.486,4	4,4%	179.277,0	4,3%	186.097,5	4,2%
Custeio e Capital	191.603,8	5,9%	274.707,8	7,3%	257.778,2	6,2%	295.942,1	6,7%
Despesa do FAT	27.433,0	0,8%	30.310,7	0,8%	34.660,0	0,8%	39.330,3	0,9%
Abono e Seguro Desemprego	26.927,1	0,8%	29.808,7	0,8%	34.173,4	0,8%	38.878,9	0,9%
Demais Despesas do FAT	506,0	0,0%	502,0	0,0%	486,5	0,0%	451,4	0,0%
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>5/</sup>	5.189,8	0,2%	8.039,0	0,2%	10.517,4	0,3%	11.005,6	0,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	2.356,8	0,1%	4.777,1	0,1%	6.736,1	0,2%	6.982,0	0,2%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	2.833,0	0,1%	3.261,9	0,1%	3.781,3	0,1%	4.023,6	0,1%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>6/</sup>	18.946,0	0,6%	22.234,2	0,6%	24.904,8	0,6%	29.207,4	0,7%
Capitalização da Petrobras	-	-	42.927,8	1,1%	-	-	0,0	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	140.034,9	4,3%	171.196,1	4,5%	187.696,1	4,5%	216.398,7	4,9%
Outras Despesas de Custeio	106.026,6	3,3%	126.454,9	3,4%	135.065,4	3,3%	156.949,9	3,6%
Outras Despesas de Capital <sup>7/</sup>	34.008,3	1,0%	44.741,2	1,2%	52.630,7	1,3%	59.448,8	1,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.179,5	0,0%	1.242,0	0,0%	2.135,7	0,1%	2.316,9	0,1%
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>224.876,4</b>	<b>6,9%</b>	<b>254.858,6</b>	<b>6,8%</b>	<b>281.438,2</b>	<b>6,8%</b>	<b>316.589,5</b>	<b>7,2%</b>
Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>3/</sup>	175.831,8	5,4%	198.769,5	5,3%	220.003,3	5,3%	245.454,2	5,6%
Benefícios Previdenciários - Rural <sup>3/</sup>	49.044,6	1,5%	56.089,1	1,5%	61.434,9	1,5%	71.135,4	1,6%
<b>Despesas do Banco Central</b>	<b>2.871,8</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.027,4</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.769,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.754,8</b>	<b>0,1%</b>
<b>5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB <sup>8/</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.400,0</b>	<b>-</b>
<b>6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)</b>	<b>39.436,4</b>	<b>1,2%</b>	<b>78.772,9</b>	<b>2,1%</b>	<b>93.524,6</b>	<b>2,3%</b>	<b>88.528,8</b>	<b>2,0%</b>
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>82.933,9</b>	<b>2,6%</b>	<b>122.182,9</b>	<b>3,2%</b>	<b>129.622,4</b>	<b>3,1%</b>	<b>130.106,0</b>	<b>3,0%</b>
<b>Previdência Social (RGPS) <sup>9/</sup></b>	<b>-42.867,9</b>	<b>-1,3%</b>	<b>-42.890,2</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-35.546,3</b>	<b>-0,9%</b>	<b>-40.824,8</b>	<b>-0,9%</b>
Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>3/</sup>	1.612,5	0,0%	8.384,5	0,2%	20.532,6	0,5%	24.547,4	0,6%
Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>3/</sup>	-44.480,5	-1,4%	-51.274,6	-1,4%	-56.078,8	-1,4%	-65.372,2	-1,5%
<b>Banco Central <sup>10/</sup></b>	<b>-629,6</b>	<b>0,0%</b>	<b>-519,9</b>	<b>0,0%</b>	<b>-551,6</b>	<b>0,0%</b>	<b>-752,4</b>	<b>0,0%</b>
<b>7. AJUSTE METODOLÓGICO <sup>11/</sup></b>	<b>1.373,1</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.357,9</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.137,9</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.313,8</b>	<b>0,0%</b>
<b>8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>1.633,7</b>	<b>0,1%</b>	<b>-1.407,5</b>	<b>0,0%</b>	<b>-1.627,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>-3.756,5</b>	<b>-0,1%</b>
<b>10. JUROS NOMINAIS <sup>12/</sup></b>	<b>42.443,2</b>	<b>1,3%</b>	<b>78.723,3</b>	<b>2,1%</b>	<b>93.035,5</b>	<b>2,2%</b>	<b>86.086,0</b>	<b>2,0%</b>
<b>10. JUROS NOMINAIS <sup>12/</sup></b>	<b>-149.806,4</b>	<b>-4,6%</b>	<b>-124.508,7</b>	<b>-3,3%</b>	<b>-180.553,1</b>	<b>-4,4%</b>	<b>-147.267,6</b>	<b>-3,3%</b>
<b>11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) <sup>12/</sup></b>	<b>-107.363,2</b>	<b>-3,3%</b>	<b>-45.785,5</b>	<b>-1,2%</b>	<b>-87.517,6</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-61.181,7</b>	<b>-1,4%</b>
<i>Memo:</i>							0,0	
Parcela patronal da CPSS <sup>2/</sup>	10.952,9	0,3%	12.251,3	0,3%	13.319,4	0,3%	13.490,9	0,3%
RMV <sup>6/</sup>	1.875,7	0,1%	1.854,4	0,0%	1.763,4	0,0%	1.772,4	0,0%
PIB Nominal <sup>13/</sup>	3.239.404,0	-	3.770.084,9	-	4.143.013,3	-	4.402.537,1	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Ajorado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa

8/ Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

13/ Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 5.2. Receitas Primárias do Governo Central<sup>1/</sup> - Brasil - Anual - 1997 a 2012

R\$ Milhões e % PIB

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>739.304,5</b>	<b>22,8%</b>	<b>919.773,3</b>	<b>24,4%</b>	<b>990.406,1</b>	<b>23,9%</b>	<b>1.062.206,3</b>	<b>24,1%</b>
<b>Receitas do Tesouro Nacional</b>	<b>555.053,8</b>	<b>17,1%</b>	<b>705.297,4</b>	<b>18,7%</b>	<b>741.296,7</b>	<b>17,9%</b>	<b>783.439,3</b>	<b>17,8%</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>569.846,0</b>	<b>17,6%</b>	<b>719.530,9</b>	<b>19,1%</b>	<b>757.428,7</b>	<b>18,3%</b>	<b>802.830,6</b>	<b>18,2%</b>
<i>Impostos</i>	258.170,3	8,0%	296.455,4	7,9%	355.892,6	8,6%	372.665,7	8,5%
IR	191.596,5	5,9%	208.201,3	5,5%	249.818,4	6,0%	264.146,0	6,0%
IR - Pessoa Física	14.840,3	0,5%	17.253,6	0,5%	21.973,4	0,5%	24.309,7	0,6%
IR - Pessoa Jurídica	84.520,6	2,6%	89.101,1	2,4%	104.054,4	2,5%	108.839,6	2,5%
IR - Retido na Fonte	92.235,6	2,8%	101.846,6	2,7%	123.790,5	3,0%	130.996,7	3,0%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	52.176,6	1,6%	59.823,6	1,6%	68.825,1	1,7%	75.106,0	1,7%
IRRF - Rendimentos do Capital	22.927,0	0,7%	24.184,8	0,6%	34.253,6	0,8%	32.979,8	0,7%
IRRF - Remessas ao Exterior	10.656,5	0,3%	11.298,6	0,3%	13.402,2	0,3%	14.742,9	0,3%
IRRF - Outros Rendimentos	6.475,4	0,2%	6.539,5	0,2%	7.309,7	0,2%	8.167,9	0,2%
IPI	30.752,6	0,9%	39.990,5	1,1%	46.917,9	1,1%	45.927,4	1,0%
IPI - Fumo	3.314,0	0,1%	3.704,6	0,1%	3.743,7	0,1%	4.077,2	0,1%
IPI - Bebidas	2.291,1	0,1%	2.419,4	0,1%	2.829,6	0,1%	3.146,9	0,1%
IPI - Automóveis	2.053,7	0,1%	5.672,0	0,2%	6.978,0	0,2%	4.125,8	0,1%
IPI - Vinculado a importação	8.409,7	0,3%	11.321,0	0,3%	13.735,6	0,3%	15.965,5	0,4%
IPI - Outros	14.684,1	0,5%	16.873,5	0,4%	19.631,0	0,5%	18.612,1	0,4%
IOF	19.243,3	0,6%	26.601,2	0,7%	31.807,2	0,8%	30.772,2	0,7%
Imposto de Importação	16.091,9	0,5%	21.119,0	0,6%	26.734,3	0,6%	31.110,7	0,7%
Outros	486,0	0,0%	543,3	0,0%	614,9	0,0%	709,4	0,0%
<b>Contribuições</b>	<b>212.514,0</b>	<b>6,6%</b>	<b>249.829,5</b>	<b>6,6%</b>	<b>285.659,5</b>	<b>6,9%</b>	<b>304.504,9</b>	<b>6,9%</b>
COFINS	117.886,0	3,6%	139.689,6	3,7%	158.078,6	3,8%	174.470,0	4,0%
CPMF	284,8	0,0%	119,0	0,0%	145,2	0,0%	193,2	0,0%
CSLL	44.236,7	1,4%	45.928,3	1,2%	58.127,1	1,4%	57.514,0	1,3%
CIDE-Combustíveis	4.828,4	0,1%	7.738,2	0,2%	8.924,1	0,2%	2.736,1	0,1%
Pis/Pasep	31.755,4	1,0%	40.547,7	1,1%	41.844,1	1,0%	46.217,0	1,0%
Salário Educação	9.588,9	0,3%	11.049,2	0,3%	13.115,5	0,3%	14.775,0	0,3%
Outras <sup>2/</sup>	3.933,8	0,1%	4.757,4	0,1%	5.425,0	0,1%	8.599,5	0,2%
<i>Demais</i>	99.161,7	3,1%	173.246,1	4,6%	115.876,7	2,8%	125.660,0	2,9%
CPSS <sup>3/</sup>	9.239,8	0,3%	10.442,9	0,3%	11.317,1	0,3%	11.493,8	0,3%
Cota parte de compensações financeiras	19.412,0	0,6%	24.420,7	0,6%	29.585,6	0,7%	35.723,2	0,8%
Diretamente arrecadadas	23.533,7	0,7%	27.362,6	0,7%	32.943,1	0,8%	39.433,3	0,9%
Concessões	3.091,4	0,1%	1.158,4	0,0%	3.938,3	0,1%	2.237,1	0,1%
Dividendos	26.683,0	0,8%	22.414,5	0,6%	19.962,4	0,5%	28.019,0	0,6%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	74.807,6	2,0%	-	-	-	-
Outras	17.201,7	0,5%	12.639,4	0,3%	18.130,3	0,4%	8.753,5	0,2%
<b>(-) Restituições</b>	<b>-14.737,4</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-14.134,9</b>	<b>-0,4%</b>	<b>-15.858,2</b>	<b>-0,4%</b>	<b>-19.249,1</b>	<b>-0,4%</b>
<b>(-) Incentivos Fiscais</b>	<b>-54,8</b>	<b>0,0%</b>	<b>-98,6</b>	<b>0,0%</b>	<b>-273,9</b>	<b>0,0%</b>	<b>-142,2</b>	<b>0,0%</b>
<b>Receitas da Previdência Social</b>	<b>182.008,4</b>	<b>5,6%</b>	<b>211.968,4</b>	<b>5,6%</b>	<b>245.891,9</b>	<b>5,9%</b>	<b>275.764,7</b>	<b>6,3%</b>
<i>Urbanas</i>	<b>177.444,3</b>	<b>5,5%</b>	<b>207.154,0</b>	<b>5,5%</b>	<b>240.535,9</b>	<b>5,8%</b>	<b>270.001,6</b>	<b>6,1%</b>
<i>Rurais</i>	<b>4.564,1</b>	<b>0,1%</b>	<b>4.814,4</b>	<b>0,1%</b>	<b>5.356,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>5.763,1</b>	<b>0,1%</b>
<b>Receitas do Banco Central</b>	<b>2.242,2</b>	<b>0,1%</b>	<b>2.507,5</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.217,4</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.002,3</b>	<b>0,1%</b>
<b>2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL<sup>4/</sup></b>	<b>127.683,8</b>	<b>3,9%</b>	<b>140.678,3</b>	<b>3,7%</b>	<b>172.483,3</b>	<b>4,2%</b>	<b>181.376,8</b>	<b>4,1%</b>
<b>Transferências Constitucionais</b>	<b>97.560,6</b>	<b>3,0%</b>	<b>105.744,4</b>	<b>2,8%</b>	<b>130.171,8</b>	<b>3,1%</b>	<b>133.911,8</b>	<b>3,0%</b>
<i>Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002<sup>5/</sup></i>	<b>3.900,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.900,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.900,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.900,0</b>	<b>0,1%</b>
<b>Transferências da Cide - Combustíveis</b>	<b>962,4</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.775,7</b>	<b>0,0%</b>	<b>2.109,7</b>	<b>0,1%</b>	<b>1.117,9</b>	<b>0,0%</b>
<b>Demais Transferências</b>	<b>25.260,8</b>	<b>0,8%</b>	<b>29.258,2</b>	<b>0,8%</b>	<b>36.301,8</b>	<b>0,9%</b>	<b>42.447,1</b>	<b>1,0%</b>
<b>10. JUROS NOMINAIS<sup>12/</sup></b>	5.740,1	0,2%	6.553,7	0,2%	7.770,7	0,2%	8.787,7	0,2%
Royalties	12.213,1	0,4%	15.480,9	0,4%	18.594,3	0,4%	22.614,6	0,5%
Fundef/Fundeb	5.070,2	0,2%	5.353,3	0,1%	9.328,9	0,2%	10.372,2	0,2%
Outras	2.237,4	0,1%	1.870,3	0,0%	607,8	0,0%	672,6	0,0%
<b>3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)</b>	<b>611.620,7</b>	<b>18,9%</b>	<b>779.095,0</b>	<b>20,7%</b>	<b>817.922,8</b>	<b>19,7%</b>	<b>880.829,5</b>	<b>20,0%</b>
<i>Memo:</i>								
<i>PIB Nominal<sup>6/</sup></i>	3.239.404,0	-	3.770.084,9	-	4.143.013,3	-	4.402.537,1	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

6/ Fonte: Banco Central

**Tabela 5.3. Dividendos pagos à União<sup>1/</sup> - Brasil - Anual - 2000 a 2012**

R\$ Milhões e % PIB

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ Milhões	% PIB						
<b>DIVIDENDOS</b>	<b>26.683,0</b>	<b>0,82%</b>	<b>22.414,5</b>	<b>0,59%</b>	<b>19.962,4</b>	<b>0,48%</b>	<b>28.019,0</b>	<b>0,64%</b>
Banco do Brasil	2.277,0	0,07%	3.277,9	0,09%	2.621,0	0,06%	2.970,4	0,07%
BNB	137,3	0,00%	299,2	0,01%	240,4	0,01%	122,7	0,00%
BNDES	10.950,1	0,34%	10.125,3	0,27%	6.904,7	0,17%	12.937,8	0,29%
Caixa	2.565,3	0,08%	3.940,0	0,10%	3.679,6	0,09%	7.700,0	0,17%
Correios	392,6	0,01%	57,8	0,00%	1.743,0	0,04%	825,0	0,02%
Eletrobrás	4.315,2	0,13%	657,7	0,02%	500,6	0,01%	725,0	0,02%
IRB	207,0	0,01%	114,8	0,00%	141,0	0,00%	149,4	0,00%
Petrobras	5.333,9	0,16%	3.222,1	0,09%	3.321,3	0,08%	1.886,6	0,04%
Demais	504,6	0,02%	719,6	0,02%	810,8	0,02%	702,3	0,02%
<i>Memo:</i>								
<i>PIB Nominal<sup>2/</sup></i>	3.239.404,0	-	3.770.084,9	-	4.143.013,3	-	4.402.537,1	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Nota: Em março de 2003 houve reclassificação dos dividendos pagos pelo Banco do Brasil em função de recolhimento depositado originalmente em conta indevida.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Fonte: Banco Central

Tabela 5.4. Despesas Primárias do Governo Central<sup>1/</sup> - Brasil - Anual - 1997 a 2012

R\$ Milhões e % PIB

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ Milhões	% PIB						
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>572.184,3</b>	<b>17,66%</b>	<b>700.322,1</b>	<b>18,58%</b>	<b>724.398,2</b>	<b>17,48%</b>	<b>804.700,8</b>	<b>18,28%</b>
<b>Despesas do Tesouro</b>	<b>344.436,1</b>	<b>10,63%</b>	<b>442.436,2</b>	<b>11,74%</b>	<b>439.191,0</b>	<b>10,60%</b>	<b>484.356,5</b>	<b>11,00%</b>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i> <sup>2/</sup>	<b>151.652,8</b>	<b>4,68%</b>	<b>166.486,4</b>	<b>4,42%</b>	<b>179.277,0</b>	<b>4,33%</b>	<b>186.097,5</b>	<b>4,23%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	5.936,4	0,18%	4.593,4	0,12%	5.607,9	0,14%	4.606,5	0,10%
<i>Custeio e Capital</i>	<b>191.603,8</b>	<b>5,91%</b>	<b>274.707,8</b>	<b>7,29%</b>	<b>257.778,2</b>	<b>6,22%</b>	<b>295.942,1</b>	<b>6,72%</b>
Despesa do FAT	27.433,0	0,85%	30.310,7	0,80%	34.660,0	0,84%	39.330,3	0,89%
Abono e Seguro Desemprego	26.927,1	0,83%	29.808,7	0,79%	34.173,4	0,82%	38.878,9	0,88%
Demais Despesas do FAT	506,0	0,02%	502,0	0,01%	486,5	0,01%	451,4	0,01%
<i>Subsídios e Subvenções Econômicas</i> <sup>4/</sup>	<b>5.189,8</b>	<b>0,16%</b>	<b>8.039,0</b>	<b>0,21%</b>	<b>10.517,4</b>	<b>0,25%</b>	<b>11.005,6</b>	<b>0,25%</b>
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	2.356,8	0,07%	4.777,1	0,13%	6.736,1	0,16%	6.982,0	0,16%
Equalização de custeio agropecuário	198,0	0,01%	488,8	0,01%	917,4	0,02%	1.316,6	0,03%
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>5/</sup>	-87,0	0,00%	-0,3	0,00%	23,6	0,00%	65,5	0,00%
Política de preços agrícolas	3.348,5	0,10%	2.563,3	0,07%	465,2	0,01%	548,7	0,01%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	11,5	0,00%	88,7	0,00%	76,7	0,00%	173,7	0,00%
Equalização Aquisições do Governo Federal	2.411,4	0,07%	1.115,6	0,03%	-440,9	-0,01%	-66,3	0,00%
Garantia à Sustentação de Preços	925,6	0,03%	1.359,0	0,04%	829,4	0,02%	441,3	0,01%
Pronaf	904,6	0,03%	55,7	0,00%	2.312,5	0,06%	1.676,8	0,04%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	767,9	0,02%	323,9	0,01%	2.199,8	0,05%	2.365,2	0,05%
Concessão de Financiamento <sup>6/</sup>	136,8	0,00%	-268,2	-0,01%	112,7	0,00%	-688,5	-0,02%
Proex	45,9	0,00%	-105,0	0,00%	325,5	0,01%	366,3	0,01%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	394,3	0,01%	231,7	0,01%	404,9	0,01%	588,4	0,01%
Concessão de Financiamento <sup>6/</sup>	-348,4	-0,01%	-336,8	-0,01%	-79,4	0,00%	-222,0	-0,01%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>7/</sup>	458,5	0,01%	458,4	0,01%	829,5	0,02%	390,7	0,01%
Álcool	-	-	-	-	0,7	0,00%	0,7	0,00%
Cacau	0,8	0,00%	0,0	0,00%	0,1	0,00%	0,4	0,00%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	193,3	0,01%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
Fundo da terra/ INCRA <sup>8/</sup>	864,9	0,03%	738,7	0,02%	706,3	0,02%	451,0	0,01%
Funcafé	53,0	0,00%	82,7	0,00%	65,6	0,00%	74,5	0,00%
Revitaliza	58,7	0,00%	0,0	0,00%	25,7	0,00%	57,3	0,00%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	-	-	-	-	429,0	0,01%	751,7	0,02%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	-	-	-	-	-	-	227,2	0,01%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) <sup>8/</sup>	-	-	-	-	-	-	0,0	0,00%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>6/</sup>	-4.247,6	-0,13%	-23,3	0,00%	0,0	0,00%	-34,1	0,00%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-	-	-	-	-	-	53,3	0,00%
Capitalização à Emgea	565,2	0,02%	518,0	0,01%	537,3	0,01%	667,2	0,02%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	98,5	0,00%	368,1	0,01%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	2.833,0	0,09%	3.261,9	0,09%	3.781,3	0,09%	4.023,6	0,09%
<i>Benefícios Assistenciais</i> (LOAS e RMV) <sup>9/</sup>	<b>18.946,0</b>	<b>0,58%</b>	<b>22.234,2</b>	<b>0,59%</b>	<b>24.904,8</b>	<b>0,60%</b>	<b>29.207,4</b>	<b>0,66%</b>
Capitalização da Petrobras	-	-	42.927,8	1,14%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
Outras Despesas de Custeio e Capital	<b>140.034,9</b>	<b>4,32%</b>	<b>171.196,1</b>	<b>4,54%</b>	<b>187.696,1</b>	<b>4,53%</b>	<b>216.398,7</b>	<b>4,92%</b>
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.740,4	0,05%	2.362,9	0,06%	2.594,5	0,06%	3.210,2	0,07%
Legislativo	1.071,8	0,03%	1.194,0	0,03%	1.244,6	0,03%	1.372,2	0,03%
Judiciário	4.425,7	0,14%	5.470,8	0,15%	5.757,3	0,14%	6.885,4	0,16%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	2.806,4	0,09%	8.599,6	0,23%	5.036,8	0,12%	2.763,7	0,06%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	17.934,8	0,55%	22.082,0	0,59%	28.022,5	0,68%	39.306,9	0,89%
Outras Obrigatorias <sup>10/</sup>	1.478,1	0,05%	2.859,3	0,08%	2.622,9	0,06%	4.485,3	0,10%
Discretionárias	110.577,9	3,41%	128.627,6	3,41%	142.417,4	3,44%	156.585,0	3,56%
<b>10. JUROS NOMINAIS</b> <sup>12/</sup>	-	-	-	-	-	-	1.790,0	0,04%
<i>Transferência do Tesouro ao Banco Central</i>	<b>1.179,5</b>	<b>0,04%</b>	<b>1.242,0</b>	<b>0,03%</b>	<b>2.135,7</b>	<b>0,05%</b>	<b>2.316,9</b>	<b>0,05%</b>
Benefícios Previdenciários	224.876,4	6,94%	254.858,6	6,76%	281.438,2	6,79%	316.589,5	7,19%
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano</i> <sup>3/</sup>	<b>175.831,8</b>	<b>5,43%</b>	<b>198.769,5</b>	<b>5,27%</b>	<b>220.003,3</b>	<b>5,31%</b>	<b>245.454,2</b>	<b>5,58%</b>
Sentenças Judiciais e Precatórios	5.202,8	0,16%	5.599,3	0,15%	5.612,3	0,14%	5.245,0	0,12%
<i>Benefícios Previdenciários - Rural</i> <sup>3/</sup>	<b>49.044,6</b>	<b>1,51%</b>	<b>56.089,1</b>	<b>1,49%</b>	<b>61.434,9</b>	<b>1,48%</b>	<b>71.135,4</b>	<b>1,62%</b>
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.303,6	0,04%	1.629,8	0,04%	1.600,0	0,04%	1.545,5	0,04%
Despesas do Banco Central	2.871,8	0,09%	3.027,4	0,08%	3.769,0	0,09%	3.754,8	0,09%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

12/ Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 5.5. Investimento do Governo Federal por Órgão<sup>1/</sup> - Despesa paga - Brasil - Anual - 2006 a 2012

R\$ Milhões

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ Milhões	% PIB						
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>	<b>34.008,3</b>	<b>1,05%</b>	<b>44.741,2</b>	<b>1,19%</b>	<b>52.630,7</b>	<b>1,27%</b>	<b>59.448,8</b>	<b>1,35%</b>
Câmara dos Deputados	29,2	0,00%	40,9	0,00%	57,5	0,00%	49,4	0,00%
Senado Federal	15,3	0,00%	16,5	0,00%	27,7	0,00%	15,4	0,00%
Tribunal de Contas da União	19,2	0,00%	49,9	0,00%	52,3	0,00%	30,9	0,00%
Supremo Tribunal Federal	56,2	0,00%	19,8	0,00%	24,2	0,00%	21,9	0,00%
Superior Tribunal de Justiça	14,4	0,00%	23,0	0,00%	5,2	0,00%	24,3	0,00%
Justiça Federal	388,6	0,01%	481,2	0,01%	575,5	0,01%	660,5	0,02%
Justiça Militar	8,4	0,00%	8,6	0,00%	5,5	0,00%	9,9	0,00%
Justiça Eleitoral	237,3	0,01%	479,0	0,01%	326,1	0,01%	255,7	0,01%
Justiça do Trabalho	189,0	0,01%	181,8	0,00%	251,4	0,01%	251,7	0,01%
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	31,5	0,00%	46,0	0,00%	35,4	0,00%	69,0	0,00%
Conselho Nacional de Justiça	0,0	0,00%	43,4	0,00%	73,6	0,00%	165,6	0,00%
Presidência da República <sup>2/</sup>	1.228,8	0,04%	1.067,9	0,03%	1.609,7	0,04%	1.047,0	0,02%
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55,3	0,00%	325,8	0,01%	288,6	0,01%	251,8	0,01%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	652,5	0,02%	654,7	0,02%	1.071,2	0,03%	583,8	0,01%
Ministério da Ciéncia e Tecnologia	1.069,0	0,03%	865,4	0,02%	866,1	0,02%	1.008,3	0,02%
Ministério da Fazenda	128,1	0,00%	279,8	0,01%	1.089,2	0,03%	1.586,6	0,04%
Ministério da Educação	2.817,2	0,09%	5.417,4	0,14%	6.161,5	0,15%	9.197,5	0,21%
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	33,7	0,00%	38,6	0,00%	44,2	0,00%	138,3	0,00%
Ministério da Justiça	665,1	0,02%	562,7	0,01%	710,8	0,02%	562,8	0,01%
Ministério de Minas e Energia	36,1	0,00%	43,2	0,00%	44,0	0,00%	56,9	0,00%
Ministério da Previdéncia Social	120,8	0,00%	355,2	0,01%	180,4	0,00%	112,6	0,00%
Ministério Público da União	139,8	0,00%	144,0	0,00%	160,4	0,00%	249,4	0,01%
Ministério das Relações Exteriores	42,9	0,00%	106,5	0,00%	30,0	0,00%	412,3	0,01%
Ministério da Saúde	1.688,6	0,05%	2.278,8	0,06%	2.361,7	0,06%	3.221,9	0,07%
Ministério do Trabalho e Emprego	23,1	0,00%	33,4	0,00%	31,2	0,00%	877,5	0,02%
Ministério dos Transportes	8.899,1	0,27%	12.013,8	0,32%	13.500,0	0,33%	9.280,0	0,21%
Ministério das Comunicações	33,5	0,00%	36,8	0,00%	434,0	0,01%	69,8	0,00%
Ministério da Cultura	76,7	0,00%	101,3	0,00%	102,0	0,00%	159,0	0,00%
Ministério do Meio Ambiente	46,8	0,00%	99,6	0,00%	112,7	0,00%	108,8	0,00%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.270,3	0,04%	1.075,0	0,03%	1.338,5	0,03%	1.034,4	0,02%
Ministério do Esporte	198,3	0,01%	286,1	0,01%	181,2	0,00%	894,6	0,02%
Ministério da Defesa	4.343,9	0,13%	7.171,5	0,19%	7.638,8	0,18%	7.499,5	0,17%
Ministério da Integração Nacional	3.418,7	0,11%	4.448,7	0,12%	3.060,5	0,07%	3.190,1	0,07%
Ministério do Turismo	473,8	0,01%	670,2	0,02%	554,0	0,01%	644,4	0,01%
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	153,5	0,00%	215,8	0,01%	241,0	0,01%	1.785,6	0,04%
Ministério das Cidades	5.403,6	0,17%	4.971,8	0,13%	9.303,5	0,22%	13.865,3	0,31%
Ministério da Pesca e Agricultura	0,0	0,00%	85,8	0,00%	80,0	0,00%	51,9	0,00%
Conselho Nacional do Ministério Público	0,0	0,00%	1,1	0,00%	1,4	0,00%	4,4	0,00%
<b>Memo:</b>								
<b>PIB Nominal<sup>3/</sup></b>	<b>3.239.404,0</b>	-	<b>3.770.084,9</b>	-	<b>4.143.013,3</b>	-	<b>4.402.537,1</b>	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde à despesa paga dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012. Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último

2/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

3/ Fonte: Banco Central